

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



Reação da CPLP às alterações à Lei dos Estrangeiros

Tratado de paz entre Arménia e Azerbaijão

Entrevista a Bruno Cardoso Reis

XIIIª EDIÇÃO

Agosto 2025



Índice

NOTÍCIAS NACIONAIS

Au Kam San detido pelas autoridades chinesas:
o definhar da democracia em Macau?..... pág. 2

As reações da CPLP às alterações à Lei dos Estrangeiros..... pág. 6

ENTREVISTA A BRUNO

CARDOSO REISpág. 10

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Tarifas Americanas sobre a Índia..... pág. 22

80 anos do bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki:
apelo ao fim das armas nucleares..... pág. 24

Novo tratado encerra décadas de conflito em Nagorno-Karabakh... pág. 27

Dia Internacional dos Povos Indígenas celebrado em todo o mundo com
eventos históricos..... pág. 30

Eleições na Bolívia - Uma viragem à direita..... pág. 33

Referendos de destituição em Taiwan..... pág. 37

O conflito em Gaza e a mudança da posição europeia..... pág. 42

Um tributo a Edward Snowden:
A vigilância massificada das populações..... pág. 46

CONFLITO CLARIFICADO

Guerras do Nagorno-Karabakh..... pág.49

Au Kam San detido pelas autoridades chinesas: o definhar da democracia em Macau?

Por Rodrigo Fialho

As autoridades chinesas detiveram, no passado dia 30 de julho, o ex-deputado macaense Au Kam San. O pró-democrata é suspeito de violar a Lei de Defesa Nacional, por alegado conluio com forças “anti-China”. Human Rights Watch e União Europeia repudiam o sucedido.

A detenção e o detido

No portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) pode ler-se que “Hoje (dia 31/07), a polícia entregou ao Ministério Público um indivíduo de Macau que terá conluído com as forças externas anti-China; o qual, na sequência da investigação preliminar, se encontra preso preventivamente por suspeita de violar a Lei relativa à defesa da segurança do Estado.”

O indivíduo em questão é Au Kam San, um homem de 68 anos com cidadania portuguesa, ex-deputado da Assembleia Legislativa de Macau e reconhecido ativista em prol da democracia. Professor primário de formação, tornou-se ativista após o Massacre de Tiananmen (1989), em que milhares de cidadãos chineses rumaram pacificamente em direção à referida praça, em Pequim, descontentes com o Governo. O Partido Comunista Chinês (PCC) convocou as Forças Armadas que,

repelindo os manifestantes, assassinaram de centenas a milhares de cidadãos. Durante 30 anos, a Aliança para o Desenvolvimento de Macau, um dos partidos políticos ao qual Au está ligado, tem realizado vigílias anuais em memória das vítimas do incidente. Kam San tem, então, sido uma figura de destaque na pequena sociedade civil macaense, ainda que enfrentando assédio laboral e até físico.

Os motivos oficiais

Au Kam San é acusado pelo MP chinês de violar o artigo 13.º da referida lei, que enuncia o “Estabelecimento de ligações com organizações, associações ou indivíduos de fora da RAEM para a prática de actos contra a segurança do Estado.” As autoridades afirmam ter apurado que Au colaborou, desde 2022, com uma “organização Anti-China que se encontra fora da RAEM e que tem fornecido uma grande quantidade de informações falsas com carácter provocador, para exibição pública no estrangeiro e online nas redes sociais.” Afirmam, ainda, que Kam San “tem mantido contactos por um longo período com diversas entidades anti-China que se encontram fora da RAEM, e [que] fornece repetidamente informações falsas sobre Macau a essas entidades ou aos meios de



Au Sam Kan, o ex-deputado detido. (Eduardo Leal, AFP)

comunicação social operados [pelas mesmas], para fins de propaganda e divulgação. Despertando, assim, o ódio entre os residentes de Macau e até mesmo entre pessoas de vários países que desconhecem a verdade em relação ao Governo da República Popular da China e da RAEM (...). Insinuam, de resto, que o ex-deputado perturbou as eleições legislativas de Macau, em 2024.

Sabe-se que Kam San criticou, perante a Agência Lusa em meados de julho, o facto de duas listas candidatas às Legislativas de Macau terem sido suprimidas pela comissão eleitoral da RAEM. "O facto de as autoridades ainda terem recorrido a táticas de desqualificação severas mostra que, sob o pretexto dos princípios 'Macau governado por patriotas' (...), a Assembleia Legislativa tem de ser 'aperfeiçoada' ao ponto de apenas o campo pró-sistema/pró-Pequim poder entrar no jogo, para participar nas eleições". Em sequência de "um longo período de investigação e acumulação de provas", as autoridades detiveram Au na sua residência, a 30 de julho.

Encontra-se, atualmente, em prisão preventiva sem direito a fiança.

A reação

A Human Rights Watch (HRW), uma ONG que defende e realiza relatórios sobre o estado do respeito pelos Direitos Humanos, exorta as autoridades à "libertação incondicional" do ativista. A diretora da HRW da China, Maya Wang, afirma que "A prisão de Au Kam San reflete a repressão crescente que se espalha da China para Hong Kong e Macau sob o comando do líder chinês Xi Jinping", acrescentando que "As autoridades de Macau devem parar de reprimir críticas pacíficas (...)".

O Serviço de Ação Externa da União Europeia também condena a detenção. Numa declaração da porta-voz do referido órgão, pode ler-se que "Este acontecimento agrava as preocupações existentes quanto à contínua erosão do pluralismo político e da liberdade de expressão na RAEM. A UE recorda que o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais é um elemento central

da Lei Básica de Macau e da máxima 'Um País, Dois Sistemas'. É essencial que os direitos e liberdades protegidos dos residentes de Macau continuem a ser plenamente respeitados, em conformidade com a Lei Básica de Macau, a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa de 1987 e os compromissos de Macau no âmbito do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos."



Manifestantes de Tiananmen junto ao destroço de veículos blindados. (Menny Ceneta, AFP)

Em tom de resposta a estas e outras críticas, o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China em Macau pediu à UE que deixe de fazer acusações infundadas contra os assuntos de Macau, bem como de interferir nos assuntos internos do território e da China. Paulo Rangel, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, informa estar a "acompanhar o caso".

A democracia na China

Macau foi uma colónia portuguesa entre 1557 e 1976, mantendo-se sob o controlo do país até 1999. Em 1987, foi assinada a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa que estabeleceu a transferência da administração do

território para a China, a 20 de dezembro de 1999. Esta serviu, também, de fundação para a Lei Básica da RAEM, que estabeleceu direitos e liberdades fundamentais para a região no pós-1999.

O território é, juntamente com Hong Kong, uma das duas regiões administrativas especiais da China, onde vigora o conceito de 'Um País, Dois Sistemas'. Este foi proposto por Deng Xiaoping aquando de negociações da transferência da administração de Hong Kong do Reino Unido para a China (1997), significando a manutenção de alguma autonomia política e a liberdade para continuar a praticar o capitalismo nos 50 anos consequentes à transferência; pese embora a China seja um país socialista. Esta máxima foi, entretanto, replicada no processo macaense.

Ora, a democracia na China, a existir, é certamente diferente do conceito ocidental do termo. A 'democracia popular' da China é uma de partido único, com o PCC a ter um papel dominante no processo eleitoral e na seleção de candidatos. Vigora, ainda, uma robusta máquina censória. Neste sentido, Hong Kong e Macau poder-se-iam afirmar como oásis democráticos no seio do gigante asiático.

Contudo, recordando um artigo publicado pela HK Magazine em 2009, Winnie Yeung lamenta a falta de espírito democrático dos macaenses, em contraponto aos hong-konguêses. "'Democracia' não é uma palavra particularmente popular em Macau. Nunca se ouve falar de liberdade e de

sufrágio universal. Nunca se lê sobre estas questões nos jornais. Quando parávamos as pessoas na rua em Macau para falar de democracia, éramos empurrados, ignorados ou silenciosamente encarados a maior parte do tempo. Isto pode ser uma surpresa. Afinal, Macau é uma Região Administrativa Especial e ex-colónia como nós, e adopta também o princípio de 'Um País, Dois Sistemas'. No entanto, embora Hong Kong tenha tido uma forte voz democrática desde a transferência de soberania, com inúmeros artigos de jornal escritos sobre a democracia, Macau tem-se mantido em silêncio sobre o assunto."

Outra fonte afirma que "Em Macau, existe pouca pressão para a democratização do sistema político local. Mesmo de entre os deputados eleitos por sufrágio directo, a maioria estão ligados aos interesses empresariais (incluindo a indústria do Jogo), às associações tradicionais pró-Pequim [entre outros] (...)". Desta forma, as poucas vozes que clamam pela democracia no território, como Au Kam San, encarnam o papel de David contra um Golias que granjeia a anuência dos locais, provocando apenas inquietações retóricas por parte de alguns membros do sistema internacional. A democracia, em Macau, perde terreno sem deixar saudade aparente.



*Perspetiva de Macau, conhecida como a Las Vegas da China.
(Krystof Hajek)*

As reações da CPLP às alterações à Lei dos Estrangeiros

Por Maria Neves

A Assembleia da República portuguesa promulgou, no passado mês de junho, uma proposta de lei que procura redefinir a política migratória portuguesa, o que originou tensões nas relações bilaterais com os países da CPLP.

O enquadramento legal segundo a Constituição da República Portuguesa

A Constituição da República Portuguesa (1976) consagra um conjunto de artigos que asseguram, de forma geral, a equiparação jurídica entre cidadãos portugueses e estrangeiros. No caso da CPLP, a Constituição prevê, no artigo 15.º, n.º 3, um estatuto especial para os cidadãos dos Estados de língua oficial portuguesa: *“Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática”*.

A Lei dos Estrangeiros

A Lei dos Estrangeiros tem como base jurídica a Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que por sua vez, *“aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e*

afastamento de estrangeiros do território nacional”, tendo posteriormente sido objeto de várias alterações. Assim, não se trata de um diploma único mas de um conjunto legislativo que integra todas as suas modificações subsequentes.

Na primeira discussão da mais recente alteração, em reunião plenária da Assembleia da República, a votação evidenciou a cisão ideológica: o Partido Socialista, LIVRE, Bloco de Esquerda, Partido Pessoas-Animais-Natureza, Partido Comunista Português e Juntos Pelo Povo, partidos considerados de esquerda, votaram contra, enquanto que o Partido Social Democrata, CDS - Partido Popular, Chega e Iniciativa Liberal (que viria a abster-se aquando a proposta da alteração de lei), partidos considerados de direita, votaram a favor. Face à atual distribuição parlamentar, a proposta acabou por ser aprovada.

Esta proposta de alteração à lei, que foi chumbada pelo Tribunal Constitucional a 8 de agosto de 2025, contemplava, entre outras, as seguintes modificações:

Em primeiro lugar, os vistos para imigração sem contrato (ou promessa do mesmo) que subsistem apenas para pessoas altamente qualificadas, prevendo-se paralelamente a criação

de condições específicas através das instituições de ensino superior e da abertura de um canal próprio na AIMA.

Em segundo lugar, para se submeter o pedido de reagrupamento familiar (previsto na Diretiva 2003/86/CE do Conselho), foram introduzidas as seguintes restrições adicionais, entre elas: a exigência de um período mínimo de 2 anos de residência legal em Portugal antes da possibilidade de apresentação do pedido de reagrupamento familiar e, para além disso, os maiores de idade apenas poderiam requerer o reagrupamento a partir do país de origem, ficando sujeitos a eventual indeferimento, enquanto os menores teriam a possibilidade de iniciar o processo dentro do território nacional.

sobretudo em contexto familiar, através da aprendizagem da língua, e, no caso dos menores, pela frequência obrigatória no sistema de ensino. Paralelamente, eliminou-se o mecanismo de deferimento tácito, deixando o silêncio administrativo de equivaler à aceitação do pedido por parte das entidades competentes.

Em terceiro lugar, alteram-se os procedimentos aplicáveis a cidadãos provenientes de países da CPLP. Apesar de se manter a dispensa de parecer da AIMA, esta passou a estar condicionada à emissão de um parecer da unidade de fronteiras do Sistema de Segurança Interna no processo da atribuição de vistos. Não obstante, a autorização de residência deixou de poder ser requerida em território



*Sessão Plenária a deliberar as alterações da Lei dos Estrangeiros
(Fonte: SIC Notícias)*

Também passou a ser obrigatório comprovar a existência de meios de subsistência e de alojamento, excluindo-se a possibilidade de recurso a prestações sociais. Tendo sido também previstas medidas adicionais de “integração obrigatória” na sociedade portuguesa, promovidas

nacional por cidadãos que não sejam previamente titulares de visto de residência. Sem a aplicação deste projeto lei, situação atual que prevalece, os cidadãos de países da CPLP podem apresentar vistos de turismo e, em seguida, requerer o pedido de residência.

Estas modificações na lei inserem-se num esforço mais amplo, por parte do atual Governo, no sentido de reforçar o controlo de fronteiras e a regulamentação dos fluxos migratórios. O Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, afirmou, a este propósito, que existe *“um claro reforço da exigência e de limitações para obtenção de permissões para residir em Portugal”* acrescentando, contudo, tal processo deverá ser *“sempre pautado pelo respeito da Constituição e dos valores humanistas”*.

Neste enquadramento, a proposta legislativa foi acompanhada pela criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF), integrada na PSP, e pela preparação de uma alteração à Lei da Nacionalidade, cuja discussão parlamentar está agendada para o mês de setembro.

A reação dos países da CPLP

No plano multilateral, no seio da CPLP, o Secretário Executivo da organização, Zacarias da Costa, manifestou confiança de que *“Portugal saberá honrar o acordo de mobilidade”*. O referido acordo foi assinado em Luanda, a 17 de julho de 2021, e estabeleceu que *“a mobilidade dos cidadãos (...) deve ser tão livre quanto possível, exceto quando razões de interesse público imponham restrições razoáveis”*. Este instrumento multilateral foi integrado no regime jurídico português através da lei nº 18/2022, que atribuiu condições especiais aos cidadãos dos Estados-membros no âmbito da concessão de vistos e da simplificação de procedimentos administrativos.

Seja dito de passagem que no decreto regulamentar nº 4/2022 destaca-se a utilidade desta cooperação no sentido em que esta é *“um instrumento essencial para a facilitação da entrada e permanência em segurança de cidadãos dos Estados-Membros da CPLP em Portugal”*. O mesmo representa, assim, o compromisso destes países em facilitar a mobilidade recíproca dos seus cidadãos, em conformidade com os princípios fundamentais da organização, designadamente a aproximação de povos geograficamente dispersos através da cultura e da cooperação na promoção da sua língua comum, o português.

Perante a proposta de alteração à lei dos Estrangeiros, em Portugal, começaram a surgir declarações por parte dos outros estados soberanos pertencentes à organização que se consideraram potencialmente afetados pelas implicações jurídicas e práticas que poderiam decorrer da sua aprovação.

O presidente de Angola, João Lourenço, considerou que a aprovação da proposta representaria um retrocesso legal suscetível de provocar *“algum incómodo”*. Recordou, a este propósito, que *“Os portugueses emigraram para todo o mundo e o mínimo que a gente exige é que Portugal não trate os imigrantes que escolheram Portugal (...) pior do que [os portugueses] foram tratados nos países que os acolheram ao longo dos anos”*.

Em sentido oposto, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva,

defendeu que esta decisão constitui uma “questão de soberania e decisão legítima do Governo português”, sublinhando que não deve ser extrapolada para o regime de mobilidade no âmbito da CPLP, uma vez que as mudanças previstas não implicariam “uma alteração substancial de forma a piorar o quadro atual”.

O Brasil, cuja diáspora representa a maior comunidade estrangeira residente em Portugal, tem acompanhado de perto todo o processo procurando assegurar a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros. Ainda assim, o Governo brasileiro tem privilegiado uma posição

de diálogo, apostando em soluções administrativas que facilitem a integração e a vida da comunidade em Portugal. Neste sentido, Raimundo Carreiro, embaixador brasileiro em Portugal, evocou a relevância das relações bilaterais, afirmando que estas são o “reflexo de séculos de laços históricos, culturais e afectivos entre os nossos países. A valorização e a proteção desses vínculos são cruciais para promover oportunidades mútuas de desenvolvimento”.

Já Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste não divulgaram, até ao momento, declarações públicas face a esta situação.

Entrevista a Bruno Cardoso Reis

Este mês entrevistamos Bruno Cardoso Reis, professor universitário no ISCTE-IUL, onde também dirige o doutoramento em História e Estudos de Segurança e Defesa. Doutor em War Studies pelo King's College, foi adjunto do Ministro da Defesa Nacional (2019-2022) e professor convidado na Universidade de Georgetown, em Washington DC, no ano letivo 2024-25. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.

Primeiro de tudo, queria agradecer a disponibilidade para estar aqui hoje. Queria começar com o facto que no ano letivo de 2024-25 foi professor convidado na Universidade de Georgetown, em Washington DC, numa altura em que o debate relativo às eleições presidenciais nos próprios Estados Unidos já era bastante intenso. Como é que recorda esses tempos lá?

Obrigado pelo convite e parabéns pela iniciativa. Foi uma experiência muito rica, muito interessante, e muito agradável, apesar do dramatismo, da polarização e radicalização da política americana. Em termos de vida quotidiana e de vida académica foi uma experiência muito positiva. De um modo geral, os norte-americanos são acolhedores. A cidade de Washington DC é realmente uma cidade muito agradável, muito verde, com muitos eventos culturais e muitos eventos académicos e ligados à política externa, com muitos bons museus geralmente gratuitos. As universidades, por enquanto, ainda são bastante internacionalizadas. E penso que é preferível o modelo norte-americano ao modelo que temos, de forma que logo na licenciatura a maior parte das cadeiras são de opção. Ou seja, há poucas cadeiras genéricas que



Bruno Cardoso Reis (fonte: Fundação Francisco Manuel dos Santos)

têm a ver com o núcleo disciplinar do curso, e, portanto, quer os professores quer os alunos estão, sobretudo, envolvidos em cadeiras com temas que realmente lhes interessam.

Na questão das eleições, a polarização assumiu um papel central, e penso que se fez sentir nestas eleições mais do que nunca.

Sim, mas há dois aspetos que, apesar de tudo, vale a pena referir para não parecer que estou a dar uma imagem demasiado cor-de-rosa dos EUA. A primeira é a da violência. Eu não tive

nenhuma experiência pessoal desagradável, o máximo que vi foi uma cena de crime em Dupond Circle. Mas é verdade que há muito mais crime com armas do que na Europa e há essa consciência. Depois há a questão da saúde, em que é tudo muito mais caro, e pior, não é possível saber previamente o preço de uma simples consulta. Há inclusive o fenómeno terrível da falência médica no caso de doenças sérias.

Relativamente a esse fenómeno de extrema polarização temos um primeiro lugar um grande nível de violência verbal. Desse ponto de vista, foi interessante acompanhar todo o processo das eleições presidenciais. Pude assistir ao comício da Kamala Harris, em Washington DC. O Presidente Trump não fez um comício na capital, mas depois pude assistir à posse, à distância e ver o ambiente entre os seus apoiantes, pois a cerimónia desta vez foi no interior do Congresso, e também àquela parada militar em junho. E, portanto, realmente deu para perceber melhor in loco um pouco como funciona a política americana também com esta dimensão muito espetacular. Os americanos transformam tudo, inclusive, a política num espetáculo. Também ficou mais evidente a diferença da dinâmica das campanhas do que fazemos na Europa. Por exemplo é muito importante a questão dos anúncios e do financiamento privado, que basicamente é ilimitado nos Estados Unidos.

Apesar de tudo a polarização política nota-se menos na vida quotidiana do

que eu esperava, até por uma razão geográfica. A polarização política é efetivamente cada vez mais também geográfica. As pessoas cada vez mais vivem em vizinhanças politicamente homogêneas em se sentem confortáveis. Por exemplo, a cidade de Washington DC e vota em torno de 80% no Partido Democrático. Desde 1961, data a partir da qual a capital tem direito de votar nas presidenciais, nenhum Presidente republicano conseguiu vencer na cidade. E essa tendência também se verifica em outras grandes cidades. Portanto, realmente, o país está muito dividido politicamente, mas também geograficamente, e na vida quotidiana as pessoas tendem a contactar sobretudo com pessoas com ideias semelhantes.

Dito isso, temos indicadores preocupantes de crescimento da violência política neste último ano, como por exemplo aquele ataque à residência do Governador da Pensilvânia ou o ataque mortífero contra parlamentares do Minnesota.

Donald Trump, de quem tanto ouvimos falar nas notícias, foi o vencedor das eleições presidenciais de 2024, e com ele iniciou-se uma nova fase da política externa americana. Que balanço é que faz da atual administração, a nível de política externa?

Confirmou as minhas piores expectativas, tem uma agenda mais maximalista do que em 2016, e é muito mais eficaz na sua implementação. Trump, em 2016, não parecia estar a contar ganhar,

certamente não estava preparado para governar e estava longe de controlar plenamente o Partido Republicano. Tinha até havido pressões de alguns republicanos poucos meses antes das eleições para Trump se afastar. Portanto, o que tivemos foi uma primeira Administração Trump ainda com muito peso de republicanos moderados, comprometidos com algumas das prioridades tradicionais da política externa americana como, por exemplo, a importância das alianças e, em particular, da Aliança Atlântica, da NATO. Ou ainda de muitos ainda verem, e bem, a Rússia como uma potência hostil. Tudo isso condicionou muito Donald Trump. Desta vez, Trump estava preparado, conta com quadros jovens comprometidos com as ideias trumpistas. E tinha até uma espécie de programa de governo preparado pela Heritage Foundation, o Projeto 2025.

Portanto, e em primeiro lugar, estamos, neste segundo mandato, a ter uma política externa muito mais trumpista. No que é que ela se diferencia do passado? É verdade que podemos sempre encontrar algum precedente, se olharmos suficientemente para trás. Talvez o Presidente Andrew Jackson seja a figura que mais se aproxima de Donald Trump, foi um populista defensor de uma política externa de nacionalismo musculado. Mas estamos a falar de alguém que deixou a Presidência dos EUA em março de 1837, há quase 200 anos. Trump está em ruptura com as prioridades e práticas a que nos habituámos na política externa americana há muitas e

muitas décadas, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, e nalguns casos desde a Primeira Guerra Mundial ou até antes disso.

Em segundo lugar, há que perceber que Donald Trump não é propriamente um realista convencional, ou seja, não há aqui nenhuma visão de longo prazo, de defesa fria, racional, dos interesses nacionais. Temos decisões improvisadas e impulsivas que muitas vezes parecem ter muito pouco a ver com os interesses a prazo dos Estados Unidos.

Um terceiro aspecto central é que Donald Trump é um declarado antiglobalista, que quer o fechamento das fronteiras a pessoas e a bens, a imigrantes e a importações. Este lado de nacionalismo económico muito forte está associado também a uma lógica de extração, de negociação com base no poderio americano para extrair benefícios unilaterais. Isso é evidente na negociação destes novos acordos comerciais assimétricos.

Em quarto lugar, para Donald Trump tudo é de curto prazo. A preferência é sempre por ganhos de curto prazo. Portanto, qualquer acordo pode voltar a ser revisto, se Trump achar que consegue vantagens adicionais.

Um último aspeto fundamental é que Donald Trump é o primeiro Presidente norte-americano que não tem um compromisso com a defesa da democracia constitucional interna ou externamente. Trump disse ainda há poucos dias: “eu sou Presidente, posso

fazer o que quiser”. Também disse algo como não sei se estou obrigado ou não a cumprir a Constituição, terei que consultar os meus advogados. Não diz taxativamente que a ditadura é uma coisa má e a evitar. Com isto não estou a dizer que anteriormente os Estados Unidos não promovessem antes os seus interesses, claro que o faziam como todos os Estados o fazem. Também não estou a dizer que os presidentes anteriores dessem sempre prioridade a promover democracias constitucionais. Mas os líderes norte-americanos anteriores consideraram muitas vezes que era do interesse dos EUA promover a democracia constitucional. Sim, sabemos que, durante a Guerra Fria e não só, por exemplo, havia regiões em que os certos presidentes norte-americanos achavam que a democracia levaria necessariamente ao comunismo, ou a regimes hostis aos seus interesses, e, portanto, aliaram-se pragmaticamente a Estados ditatoriais. Mas, pelo menos em público, a posição oficial era de preferência por democracias. E, em muitos casos – Portugal, em 1974-76, é um bom exemplo – onde houve a possibilidade de apoiar uma transição para a democracia, os Estados Unidos fizeram isso. Com o presidente Trump essa questão deixa sequer de se colocar. Ele é muito claro a dizer isso, fê-lo, por exemplo, na sua visita à Arábia Saudita, que foi, significativamente, a sua primeira visita oficial quer no primeiro, quer no segundo mandato. Donald Trump parece preferir uma ordem Internacional em que as grandes potências e os líderes das grandes potências, como ele, basicamente

podiam impor os seus interesses como entenderem sem limites legais, internos ou externos. Tudo isto realmente representa uma viragem muito importante na política externa americana. No fundo é uma política externa cada vez mais personalizada, extremamente centrada no protagonismo e nos interesses pessoais de Trump.

Esse egoísmo de Trump muitas vezes é considerado um atentado à democracia, mas será que os tribunais ou outro mecanismo qualquer pode servir como travão?

O sistema político norte-americano é conhecido pela importância dos chamados freios e contrapesos. A constituição norte-americana foi pensada para evitar exatamente aquilo que Donald Trump diz ser natural, para impedir que um qualquer Presidente tenha todos os poderes para fazer o que entender, sem oposição institucional eficaz. O problema é que, ao contrário do seu primeiro mandato, Trump agora controla o Partido Republicano. Controla por essa via o Congresso. E no Supremo Tribunal tem uma maioria de seis juizes conservadores, inclusive três que ele nomeou, de um total de nove. Portanto, o problema é que uma série de instituições que é suposto serem um contrapeso ao poder do Presidente é muito duvidoso que estejam realmente a funcionar como travões eficazes do seu poder. Muitas vezes a Administração Trump tem desafiado na prática as decisões de tribunais de primeira ou segunda instância, apostando em ir até ao Supremo, com a ideia de que este lhe dará

vencimento de causa. Não sei se isso será sempre assim. O que sei é que Donald Trump tem mostrado vontade de testar sistematicamente e se possível ultrapassar todos os limites tradicionais ao poder presidencial nos EUA.

Não estou com isto a dizer que a democracia constitucional americana está morta. Mas cada vez mais vemos pelo Mundo, menos na Europa, regimes híbridos, que mantêm alguns elementos constitucionais e democráticos, mas com um reforço excessivo do poder do executivo, uma postura muito agressiva contra a oposição, eleições que cada vez suscitam mais dúvidas sobre se serão plenamente livres e justas, enfim genericamente com um abuso do poder do Estado. E parece claro que esse modelo político, encarnado por líderes como Órban, Erdogan ou Modi, agrada a Donald Trump e aos seus apoiantes. Eu ouvi Steve Bannon, um dos principais ideólogos nacionalistas do trumpismo, numa Conferência, dizer, e estou a parafrasear de memória, vamos ganhar no Supremo e no Congresso, mas se não ganharmos o Presidente deve governar com poderes de emergência, porque estamos numa crise sem precedentes e porque Trump é um Presidente excepcional.

Para o ano, em 2026, temos as midterms nos EUA. O que é que devemos esperar? Será que Trump e o Partido Republicano vão sair castigados?

Serão um teste muito importante, ao ponto de recentemente o governador

democrático da Califórnia, Gavin Newsom, vir por até a questão de se Trump deixará que se realizem ou irá usar algum pretexto para as adiar. Entretanto, ainda em Novembro deste ano de 2025, deveremos ter eleições na Virgínia, em Nova Iorque e em Nova Jérsey. Já será um primeiro teste. Mas realmente o grande teste, que poderá alterar o equilíbrio de poder no Congresso, são potencialmente as eleições intercalares de Novembro de 2026. Há eleições nos Estados Unidos para toda a Câmara dos Representantes e para 1/3 do Senado cada dois anos. Isso é deliberado, tem a ver com o tal modelo de freios e contrapesos, ou seja, de dificultar a um Presidente ter uma maioria estável da mesma cor no Congresso. E, de facto, acontece muitas vezes que o partido que está na presidência, perde a maioria no Congresso. E é verdade que Trump está em queda de popularidade, mas também tem um eleitorado muito fiel e muito mobilizado. E os democratas também estão com uma popularidade muito baixa. Ou seja, para as coisas mudarem, não é só preciso que Donald Trump perca popularidade, os democratas precisam de ganhar votos, de ter candidatos mais competitivos. Ora os democratas estão muito divididos sobre o que fazer – ir mais para a esquerda, ir mais para o centro – para responder eficazmente a Trump. O histórico apontaria para uma derrota para Trump, mas devemos ser prudentes. Há muitos fatores a ter em conta, inclusive, nestas últimas semanas, temos assistido ao esforço dos trumpistas para ganhar mais votos na secretaria, alterando os círculos

eleitorais, nomeadamente no Texas. Em suma, falta mais de um ano, e isso na política americana é uma eternidade. O que me parece evidente é que, mesmo que o trumpismo perca as midterms, isso não será o final da questão. Se olharmos para outros países com líderes com o mesmo tipo de perfil, esse tipo de derrota eleitoral tem, por vezes, levado a um reforço da tendência para pisar linhas vermelhas e desafiar os limites da democracia constitucional. Ela está muito enraizada nos EUA, mas nada é eterno.

E depois ainda continuam a faltar mais dois anos até ao final do seu mandato. Até lá ainda pode acontecer muito.

Exatamente. Inclusive há partidários de Donald Trump, apesar de ele estar longe de ser jovem e nessas idades a saúde pode deteriorar-se muito rapidamente, como vimos com Biden, que defendem que ele deveria avançar para um novo mandato, o que seria manifestamente inconstitucional, viola a 22ª emenda da constituição. Isso seria realmente o fim da ordem constitucional norte-americana tal como nós a conhecemos. Mas, por exemplo, Steve Bannon mais uma vez, defende essa possibilidade.

Passando para outra realidade geográfica, agora para a Europa, o conflito na Ucrânia veio trazer ao de cima esforços de rearmamento da Europa, mas quais é que são os desafios que os países europeus enfrentam nesta questão?

Essencialmente o desafio que enfrentamos é o de transformar palavras em ações. Transformar



Bruno Cardoso Reis (fonte: Observador)

intenções em investimentos, em aquisições de capacidades militares com suficiente rapidez. Isso implica também que este aumento do nível de investimento em defesa seja política e economicamente sustentável. Além disso deve ser muito melhor coordenado entre os países europeus do que tem sido no passado. Os países europeus no seu conjunto já gastam quase tanto em defesa como a China, mas fazem-no de forma fragmentada. Isso exige, do meu ponto de vista, uma reforma do sistema de compras de armamento. Há demasiadas etapas, demasiadas linhas vermelhas. Isso tem de ser resolvido, ou seja, não pode simplesmente continuar a funcionar como em tempo de paz. Obviamente, eu não estou aqui a dizer que não devem existir controlos para evitar desperdício e corrupção, mas tem de

ser possível simplificar o processo. E reformar também todo o sistema de licenciamento. Recentemente, na Grã-Bretanha foi discutida a possibilidade de aumentar, por exemplo, a fabricação do material explosivo que é necessário para as munições. Percebeu-se que seguindo todo o processo normal de licenciamento isso demoraria dois ou três anos. Portanto, precisamos rapidamente, de não só reforçar fundos, mas melhorar muito os mecanismos de investimento e produção da indústria de defesa europeia. Não só para termos capacidades próprias para enfrentar um eventual ataque de uma Rússia cada vez mais agressiva, não só para ajudar a Ucrânia, mas para rapidamente termos capacidades muito mais robustas para dissuadir eficazmente um futuro ataque.

Porque é que os Estados Unidos conseguem gastar muito mais em defesa do que os países europeus? Porque basicamente estão a investir na sua própria indústria. Estão a criar empregos bem pagos, a criar novas empresas e a investir na inovação no próprio país. Devemos seguir esse modelo.

E existe uma dependência em relação aos Estados Unidos na questão, por exemplo, da compra de armamento, sendo que agora também existe cada vez mais produção de armamento europeu, por exemplo, da Suécia e da França, portanto, também existe essa tentativa de se libertarem da dependência dos Estados Unidos.

Sim, é uma questão complexa, mas

importante. Por um lado, em termos o lado prático não ser possível, de imediato, a indústria europeia de defesa satisfazer todas as necessidades e há sistemas que já foram comprados aos norte-americanos e que têm de ser modernizados ou mantidos. Portanto, algum nível de dependência continuaria a existir. E isso também é algo que a Europa pode e deve usar como arma negocial em relação aos Estados Unidos, prometendo comprar mais ou ameaçar comprar menos. Agora parece-me evidente que a Europa, e isto foi-me dito por um colega norte-americano que trabalhou nestas áreas, tem de ser muito mais autónoma nesta área, porque de acordo com as próprias palavras de Donald Trump não vai poder continuar a confiar da mesma forma nos Estados Unidos. O trumpismo parece ter condições para durar, não sabemos se vai moderar ou radicalizar, mas para os apoiantes de Trump a Europa não parece ser uma prioridade. Mais, qualquer relação de interdependência com os Estados Unidos para o trumpismo pode e deve ser usada como uma arma para extrair concessões. Logicamente a Europa tem de reduzir essa dependência. Muitos nos Estados Unidos, inclusive o próprio Donald Trump considera que ela é excessiva. E até outros líderes norte-americanos há muito tempo que dizem de forma mais diplomática que os Europeus deviam ser mais autónomos e investir mais na sua defesa. No entanto, depois não querem que os europeus desenvolvam e gastem na sua própria indústria de defesa, o que é uma condição

indispensável para essa autonomia estratégica. Preferem que gastemos na indústria de defesa norte-americana. E também querem continuar a ter uma grande influência na Europa. Portanto, há aí uma velha e evidente contradição. Do lado europeu, e escrevi isso, por exemplo, no ensaio que escrevi para a Fundação Francisco Manuel dos Santos, em 2019, e tenho insistido nisso desde aí, existe um compreensível apego garantia de segurança norte-americana, no sentido de que esta é a maior potência militar do mundo e, portanto, é normal que os europeus procurem manter essa garantia. Mas realmente os europeus têm de encarar seriamente a possibilidade de que essa garantia já não é o que era. E pode, inclusive, deixar de funcionar.

Um pilar essencial da arquitetura de segurança da Europa e dos Estados Unidos é a NATO. Agora estamos a viver momentos mais tensos, por assim dizer, com Donald Trump. Que futuro é que vê para a NATO? Se vai existir um fortalecimento no futuro ou se vai haver um enfraquecimento?

Eu diria que o lógico seria fortalecer-se, porque, no fundo, volta a ter grande força boa parte da sua razão de ser original, que é bem sintetizada pelo seu primeiro Secretário-Geral, Lorde Ismay, naquela frase de que a NATO serve para manter os americanos na Europa, os russos fora da Europa livre, e a Alemanha sob controle, uma garantia de que não haveria novamente uma Alemanha agressivamente revisionista. Eu diria que esta última questão terá perdido

relevância. Tivemos o Ministro polaco dos Negócios Estrangeiros Sikorsky a dizer algo como: “serei provavelmente o primeiro polaco a dizer que tenho mais medo de uma Alemanha fraca do que de uma Alemanha forte.”

Mas as duas questões iniciais que justificaram a criação da NATO ganharam muito mais peso do que tinham há dez ou vinte anos atrás, com uma Rússia muito mais agressiva, declaradamente revisionista, abertamente determinada a acabar com a ordem regional e global existente. E esse fortalecimento também seria do interesse dos Estados Unidos. Não só por causa da Rússia, mas por causa da própria China, cuja contenção é a grande prioridade declarada da administração Trump. Ora, na China, pela primeira vez, é em constrange com o Japão ou a Alemanha nazi, os Estados Unidos têm um adversário, uma grande potência rival, que tem fatores de poder estrutural superiores aos Estados Unidos, nomeadamente em termos de população e até por isso também do tamanho da economia. Tem também recursos naturais e capacidade de produção industrial que comparáveis ou superiores aos dos Estados Unidos. Portanto, os Estados Unidos teriam toda a vantagem em agregar ainda mais do que no passado aliados para criar massa crítica para fazer frente a esse poderoso rival que está ativamente a tentar criar o seu próprio bloco autoritário e revisionista com iniciativas como os BRICS Mais ou a Organização de Cooperação de Xangai. Mas a lógica nem sempre prevalece na política, sobretudo por causa de

dinâmicas políticas internas. Sabemos o que Donald Trump já disse sobre a NATO ser obsoleta. Entretanto Trump parece ter-se reconciliado com a NATO, nomeadamente à custa de doses massivas de bajulação, e terá percebido que seria possível transformar a NATO também num veículo de influência pessoal sua. Mas com Trump há sempre o risco de ele voltar a mudar de ideias.

Objetivamente hoje a NATO e o seu famoso artigo quinto são uma garantia de segurança mais fraca do que no passado. O artigo quinto não é uma fórmula mágica que pela força das suas palavras resolve o problema de segurança do espaço Euro-Atlântico. Aquilo que torna o artigo quinto a garantia de segurança mais valiosa e mais robusta do mundo é, por um lado, o facto de os Estados Unidos, a potência militar mais poderosa do Mundo fazer parte da Aliança, e ser um artigo de defesa mútua que depois se traduz numa organização militar conjunta que a torna credível. Ou seja, todos os Estados têm interesse em que esse artigo seja interpretado da forma mais robusta possível, porque todos eles podem vir a precisar dele. O problema é que com Donald Trump os Estados Unidos parecem achar que não precisam de aliados. Trump mais de uma vez pôs em questão se era aplicável ou não o artigo quinto, de acordo com as vantagens que entendia dever poder extrair dos seus aliados.

A NATO pode não desaparecer formalmente, mas pode realmente transformar-se numa espécie de zumbi. Teremos um teste concreto se

os Estados Unidos começarem a retirar tropas em grande quantidade da Europa, em particular dos países da linha da frente, que fazem fronteira com a Rússia. Se os norte-americanos abandonarem os países europeus que fazem fronteira com a ameaça russa, ninguém irá acreditar que depois vão mandar regressar essas tropas se realmente houver um ataque contra um país europeu. Se isso acontecer será, na prática, o fim da NATO, mesmo que ela formalmente se mantenha. E essa possibilidade tem de ser encarada, não como inevitável mas como possível.

Passando agora para o nosso país, para Portugal, qual é o contributo de Portugal para as estruturas de defesa euro-atlânticas? Uma vez que estamos tanto na União Europeia como na NATO, ou seja, quais seriam as nossas funções enquanto membros dessas duas organizações, e onde é que podemos melhorar?

É uma questão crucial, o que é que tudo isto tem a ver connosco e que é que nós podemos fazer? Este Mundo novo pós-Trump é mais perigoso para pequenas potências como Portugal. Dito isto e em relação à ameaça mais séria e direta para a Europa livre que é a Rússia de Putin, Portugal está numa posição relativamente vantajosa no sentido de que estamos muito longe. Se pensarmos nos Açores, Portugal está bastante mais próximo dos Estados Unidos do que da Rússia. Mas claro a Europa, a economia europeia está muito mais interligada que estava no passado. E a Rússia não ataca só diretamente. Os seus ataques em países da NATO, até ao momento, são

híbridos, indiretos, na zona cinzenta: ciberataques, sabotagem ou assassinatos. E neste tipo de ataques o elo mais fraco muitas vezes pode ser o alvo mais apetecível. Portugal tem desde logo de ter muito cuidado e reforçar a sua capacidade de lidar com este tipo de ameaças. Desde logo reforçar o investimento em novos mecanismos e tecnológicas de proteção de infraestruturas críticas e na ciberdefesa. Reforçar também as informações estratégicas e outros meios de combate ao terrorismo, inclusive de Estado. Em suma, Portugal não pode ignorar a sua localização, a sua geografia. É importante mostrar solidariedade com aliados, mas tendo uma noção clara dos nossos interesses próprios. Portugal há séculos que precisa de alianças fortes para garantir a sua sobrevivência e a sua segurança. Se nós não contribuirmos como aliados na medida das nossas possibilidades é menos provável que outros estejam disponíveis para o fazer se precisarmos. Sabemos que neste momento, por exemplo, esse é um dos argumentos que é usado nos Estados Unidos para criticar os aliados europeus na NATO. Portanto, temos que fazer a nossa parte, ou seja, reforçar o investimento em defesa de forma sustentável e a fazer esse investimento adaptado à nossa geografia que é a de um país Euro-Atlântico, de um país arquipélago.

Aquilo que Portugal mais pode contribuir é na dimensão de segurança marítima no sentido amplo, ou seja, contribuir para garantir a segurança de uma parte do Atlântico muito importante. Não só na questão de

infraestruturas críticas, mas de tudo o que tem a ver com vigilância e controlo desse espaço marítimo vital na ligação entre a Europa e as Américas e África. Isso implica, por exemplo, capacidades de vigilância e controlo, submarina e antisubmarina, de defesa costeira, de defesa aérea e antiaérea, sobretudo sistemas móveis e aeronavais, mas onde a dimensão terrestre também tem um papel importante. Quando falo em segurança marítima, não estou a falar só da marinha e da força aérea, também precisamos forças terrestres projetáveis. A Ucrânia mostrou claramente que a mobilidade e a posta nas novas tecnologias como os drones é, desde logo, uma enorme vantagem em termos de eficácia militar. Isso também significa que esses meios podem ser utilizados com relativa facilidade em diferentes partes do território nacional, inclusive nos arquipélagos, ou eventualmente ser projetados para ajudar aliados a Sul ou a Leste.

Que medidas político-estratégicas, por assim dizer, poderia Portugal adotar? Já referiu por acaso no seu ensaio Pode Portugal ter uma Estratégia uma medida interessante, que é a criação de um Conselho de Segurança nacional, como, por exemplo, dos Estados Unidos e até a Alemanha anunciou recentemente a criação do seu próprio conselho.

Numa União Europeia cada vez mais alargada, os grupos regionais são muito importantes e o Estado de Portugal deveria apostar no chamado minilateralismo, grupos mais pequenos e coesos, quer num grupo

de países mais a Sul que já existe, os MED 9, ou num grupo de países mais atlânticos, ou um grupo de Amigos da Segurança Marítima. Portugal tem também defendido, e bem, que a Europa deve assinar rapidamente o acordo comercial com a Mercosul e reforçar esse tipo de parcerias não só na área económica, mas até noutras áreas, inclusive da segurança e defesa com outras regiões e com grandes democracias, como o Canadá, a Austrália, o Japão ou o Brasil, por exemplo, havendo interesse da outra parte, claro. Quer o minilateralismo, quer estas parcerias servem para responder à crescente tendência para um reforço da regionalização, uma fragmentação da ordem global. Corresponde, no fundo, à ideia de tentar criar e defender ilhas de paz e liberdade e prosperidade partilhadas onde for possível e, sobretudo, em zonas mais próximas de Portugal. Continuar a apostar em Portugal como uma ponte entre os países do Sul, quer em África, quer na América Latina, embora me pareça que aí precisamos de investir mais em tornar esse potencial uma realidade.

Em relação à questão do Conselho de Segurança Nacional, Portugal é, realmente, dos poucos países que, neste momento, não tem algo como um Conselho de Segurança Nacional. Há uma razão pela qual esse modelo se foi expandindo muito nas últimas décadas: os países perceberam que precisavam de coordenar os diferentes instrumentos de ação externa e de ter um gabinete de crise permanente num Mundo mais perigoso e onde as ameaças e desafios não escolhem ministérios específicos, são transversais.

Já não podemos fazer diplomacia como habitualmente num mundo em mudança acelerada. Era realmente fundamental ter um órgão deste tipo que ainda teria outra vantagem, ter uma função de planeamento e de previsão, mas junto dos decisores. Em Portugal somos muito bons a fazer documentos estratégicos e a fazer estudos prospetivos para o futuro, mas depois esses documentos vão para a gaveta ou têm muito pouco impacto no processo de decisão.

Com tantos conflitos a assolar o mundo e com o envolvimento de várias potências, o que é que países pequenos, como Portugal, poderão fazer para contribuir para a paz?

Desde logo ser realista sobre o que é que se pode fazer. Ou seja, eu percebo as pessoas que se mobilizam para exigir a paz ou na Ucrânia ou em Gaza, e mais ainda noutros conflitos com menos visibilidade como o Sudão ou a Birmânia. Mas também temos de ser coerentes. Ou seja, hoje em dia está muito na moda esta ideia de que a Europa, o colonialismo europeu é o responsável por todos os males do mundo, e de alguns, em parte, será. No entanto, isso é uma cartilha muito simplista, uma forma de ver a história que exagera muito o protagonismo europeu e priva os atores de outros continentes de agência e autonomia. Mais, a Europa está em perda de peso relativo. O sistema Internacional é cada vez mais multipolar e a história diz-nos que quando há este tipo de transições de poder haverá mais conflitos armados. A Europa tem uma capacidade limitada de travar esses conflitos. Isso não quer dizer, obviamente, que não se possa fazer nada. Mas é arrogância e ignorância

pensar que a Europa pode e deve impor a paz no Mundo. Terão de ser sobretudo os atores locais a apostar na paz. Os atores externos poderão ajudar a conter os estragos desses conflitos, atenuar o sofrimento de civis, a mediar o conflito se os beligerantes quiserem a paz de boa fé.

Portugal tem uma diplomacia muito prudente e eu percebo isso. Devemos ser pragmáticos, não vale a pena assumir protagonismos que depois não dão em nada ou podem ser contraproducentes. Mas o exemplo de países como a Noruega, a Suíça ou Singapura, mostra que países pequenos podem ter uma ação externa muito eficaz, desde que tenham prioridades claras e se foquem em certos papéis ou áreas. O facto de Portugal não ser uma grande potência significa que dificilmente será visto

como uma ameaça por outros e isso pode ser uma mais valia. Uma diplomacia hábil até da fraqueza retira vantagem. Mas com prudência. Ainda recentemente tivemos conflitos violentos em Moçambique, resultado de divergências políticas internas. A mim parece-me evidente que Portugal fez bem em agir com cuidado. Não se deve alimentar a ideia de que por ter sido a antiga potência colonial de alguma forma Portugal acha que tem algum tipo de autoridade especial em Moçambique. Podíamos sinalizar que estávamos dispostos a ajudar as partes, se estas assim o quisessem, mas teriam de ser os moçambicanos a tomar a iniciativa de nos envolver, e, por regra, sempre em colaboração com organizações regionais e outros atores locais. Mas, sim, pontualmente, discreta e prudentemente, podemos fazer mais em certos processo de paz.



Bruno Cardoso Reis

Tarifas Americanas sobre a Índia

Por João Confraria

No dia 6 de agosto, quarta-feira, a administração Norte-Americana lançou um comunicado inesperado que anunciava uma tarifa extra de 25% sobre as exportações da Índia, totalizando, assim, uma taxa de 50 % sobre as exportações indianas, as mais altas, a par do Brasil, entre os parceiros comerciais dos Estados Unidos. Esta decisão, segundo Washington, deveu-se à compra de petróleo russo por parte do governo Indiano que atingiu um recorde, no ano passado, de 52 mil milhões de dólares. Segundo Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos, “a Índia não se importa com o número de pessoas mortas na Ucrânia pela máquina de guerra russa”. Afirma, ainda, que a Índia tem lucrado bastante com a reexportação do petróleo russo contribuindo para a fuga às sanções impostas a Moscovo.

Perante estas acusações, o governo da Índia criticou as tarifas, apontando para o facto de outros países importarem petróleo russo. O ministro dos Negócios Estrangeiros acrescentou ainda, que a Índia “vai sempre proteger o seu interesse nacional” e que a compra do petróleo deve-se a fatores do mercado energético, designadamente à reorientação das fontes de energias globais para o mercado europeu depois do corte com a Rússia e à necessidade de garantir energia a 1.400 mil milhões de pessoas.

Neste quadro, a arma predileta de Trump pode ter um impacto massivo para a economia indiana dado que os Estados Unidos são o maior mercado de exportação da Índia. Sakshi Gupta, economista no HDFC Bank, prevê que as tarifas arrastem o crescimento do PIB da Índia para menos de 6%, sendo que a previsão do banco central, no início do ano, encontrava-se à volta de 6,5% de crescimento. Este impacto torna-se claro sendo que as exportações indianas para os Estados Unidos no ano financeiro 2024-2025 totalizam 87 mil milhões de dólares. A arma económica de Trump promete impactar setores fundamentais indianos como têxteis, calçado, diamantes e smartphones e, além disso, segundo a Reuters, coloca a Índia com uma desvantagem de 30-35% perante rivais comerciais como o Vietname, Japão e Bangladesh, que têm perfis de exportação bastante similares. Ainda, no quadro macroeconómico, espera-se que os mercados respondam, fortemente, às tarifas, prevendo-se uma desvalorização da rúpia indiana. Num contexto de crescente tensão económica, as tarifas de Trump têm um impacto maior em países em desenvolvimento que, como a Índia, têm mercados internos frágeis que não absorvem grande parte da produção ficando, assim, expostos a crises de sobreaquecimento económico.



Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi e Presidente americano, Donald Trump

Deste modo, estas tarifas surgem num contexto mais alargado. Depois de meses de negociações, os dois países chegaram a um impasse no acordo comercial, devido à obstinação da Índia em aumentar o acesso aos produtos norte-americanos nos mercados de laticínios e agrícola, assim como à recusa de findar a importação de petróleo russo. Estas tarifas enquadram-se, também, na iminente visita do Primeiro-Ministro Modi à China, que surge no rescaldo de várias visitas por oficiais indianos a Pequim, nos últimos meses.

Segundo vários analistas, esta aproximação indica uma possibilidade de realinhamento estratégico indiano face às tensões crescentes com os Estados Unidos. Apesar dos conflitos fronteiriços e da disputa pela hegemonia regional entre as duas potências, Nova Delhi necessita, por um lado, de substituir os mercados norte-americanos pelos chineses e, por outro lado, de proteger a sua política de não alinhamento perante uma política externa norte-americana mais

Apesar de todos estes exercícios especulativos, Donald Trump apontou que as tarifas entrariam em vigor 21 dias depois de 7 de Agosto, sendo este um sinal de que está aberto a negociações. Em cima da mesa está a diversificação do comércio entre os dois países e a diminuição da importação do petróleo russo. No entanto, segundo a Reuters, até agora, Modi não tem na sua agenda uma visita a Washington e prepara, por outro lado, um pacote de apoio às empresas exportadoras, incluindo empréstimos a fundo perdido.

Resta, por fim saber, se estas tarifas extraordinárias também se irão aplicar à China, já que Pequim tem sido um grande mercado para o petróleo russo. Apesar das ameaças de Trump, tarifas acrescidas à China representariam um grande perigo para o mercado interno norte-americano e para as exportações de Washington, prevendo uma retaliação por parte de Pequim.

80 anos do bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki: apelo ao fim das armas nucleares

Por Beatriz Inocência

A 6 de agosto de 2025 iniciaram-se as celebrações do 80º aniversário dos bombardeamentos atômicos de Hiroshima e Nagasaki, que ocorreram, respetivamente, a 6 e 9 de agosto de 1945. Estas foram marcadas por cerimónias e eventos distribuídos mundialmente, que visaram relembrar as vítimas e alertar para o perigo das armas nucleares.

Acontecimentos de agosto de 1945

Os acontecimentos de 6 e 9 de agosto de 1945 são encarados como um marco de viragem na história. Estes ataques, que causaram centenas de milhares de mortes, marcaram o princípio do fim da Segunda Guerra Mundial. Os dois ataques permanecem os únicos casos na história em que foram utilizadas armas nucleares em tempos de guerra.

A 6 de agosto, às 8h15 da manhã (hora de Lisboa), os Estados Unidos lançaram a bomba atômica “Little Boy” sobre a cidade de Hiroshima. Já a 9 de agosto, surgiu o segundo ataque. Desta vez, às 11h02 da manhã, a bomba atômica apelidada “Fat Man”, de aproximadamente 21.000 toneladas, foi lançada sobre a cidade de Nagasaki.

Os eventos do verão de 1945 tiveram consequências que ainda se fazem sentir atualmente e que desencadea-

ram uma onda de destruição e sofrimento, não só para as vítimas mortais (cerca de 214 000 pessoas), mas também na forma de perigos futuros devido à radiação, discriminação, preconceito e cicatrizes no foro psicológico dos sobreviventes.

Memória e homenagem em Hiroshima

No passado dia 6 de agosto, a cidade de Hiroshima assinalou oito décadas desde o bombardeamento atômico que vitimou mais de 140 mil pessoas.

A cerimónia arrancou com o toque da Campanha da Paz às 8h15, hora exata do ataque em 1945, seguida de um minuto de silêncio. Pombas brancas foram soltas, flores depositadas no cenotáfio, mensagens de paz ecoaram pelo Parque Memorial, bem como discursos das autoridades.

O Presidente da Câmara, Kazumi Matsui, destacou e lembrou os horrores enfrentados pelos *hibakusha* e apelou aos líderes mundiais para abandonarem a dependência e o desenvolvimento das armas nucleares, dizendo que “estes desenvolvimentos ignoram de forma flagrante as lições que a comunidade internacional deveria ter aprendido com as tragédias da história”.

A organização *Nihon Hidankyo*, que representa os sobreviventes e que foi laureada com o Prémio Nobel da Paz em 2024, lembrou a urgência de preservar as memórias e os testemunhos de uma geração cuja média etária ultrapassa os 86 anos.

Nagasaki recorda e alerta para o presente

Três dias depois, a 9 de agosto, foi a vez de Nagasaki recordar o ataque que matou 74 mil pessoas em 1945.

A cerimónia que iniciou a celebração dos 80 anos foi bastante semelhante à de Hiroshima. Teve lugar no Parque da Paz, com o toque dos “sinos gémeos” da Catedral da Imaculada Conceição, no momento exato da explosão, às 11h02, seguida de um minuto de silêncio coletivo que foi celebrado repleto de diplomatas e autoridades de cerca de 100 países, com um clima de solenidade e de esperança de um futuro pacífico.

O Presidente da Câmara, Shiro Suzuki, alertou para o perigo crescente de uma guerra nuclear num mundo novamente marcado por conflitos internacionais e incentivou o desarmamento nuclear a nível global. Afirmou: “Oitenta anos se passaram e quem poderia imaginar que o mundo chegaria a este ponto? Parem imediatamente com os conflitos armados”.

Contexto internacional e iniciativas globais

As cerimónias em Hiroshima e Nagasaki foram acompanhadas por diversas iniciativas internacionais.



Cerimónias de comemoração do 80º aniversário dos bombardeamentos atómicos de Hiroshima e Nagasaki (Direitos de autor: AP Photo/Euronews)

Entre 2 e 9 de agosto, a CGTP-IN participou, no Japão, na “Conferência Mundial Contra as Bombas Atómicas e de Hidrogénio”, organizada pela *Gensuiko*, que debateu o papel dos sindicatos na luta pela paz. Já a ONU, através da United Nations University, abriu a exposição “80 Years Since the Hiroshima-Nagasaki Atomic Bombings”, entre 11 de julho e 17 de agosto, com fotografias, realidade virtual e debates sobre desarmamento e solidariedade global.

Na igreja de St. Martin's, em Londres, realizou-se o “Paper Lantern for Peace” no dia 9 de agosto, um evento de luz, meditação e oração pela paz que iluminou os céus com lanternas de papel em homenagem às vítimas.



Paper Lantern for Peace (Fonte: Embaixada do Japão no Reino Unido)

O 80º aniversário dos bombardeamentos atômicos tornou-se uma poderosa ocasião de memória, onde Hiroshima e Nagasaki, embora imóveis no tempo, conversam com o presente global. O grito pela paz ecoou com força renovada através de cerimónias locais, debates internacionais e manifestações cultu-

rais, lembrando a todos que a memória dos *hibakusha* é um farol crítico numa era marcada por instabilidade e ainda sobre a sombra das armas nucleares.

Estas não são meras celebrações de memória, mas também de um apelo coletivo e urgente ao desarmamento nuclear.

Novo tratado encerra décadas de conflito em Nagorno-Karabakh

Por Magda Gonçalves



O Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev (à esquerda), o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (ao centro) e o Primeiro-Ministro da Arménia, Nikol Pashinyan (à direita) assinam o tratado na Casa Branca (Fonte: Eyepress via Reuters Connect)

Após décadas de hostilidades em torno de Nagorno-Karabakh, foi assinado um histórico acordo de paz, na Casa Branca, em Washington D.C, entre a Arménia e o Azerbaijão, no passado dia 8 de agosto. O tratado encerra formalmente um conflito que, desde a dissolução da União Soviética, provocara duas guerras abertas, milhares de mortos e deslocamentos em massa, tornando esta zona um dos pontos mais instáveis do Cáucaso. Deste modo, para além de marcar o fim de uma disputa territorial, o acordo abre caminho a uma nova arquitetura geopolítica na região, marcada pela criação de um corredor estratégico de trânsito e energia com potencial para redesenhar as ligações entre a Europa e a Ásia.

Este conflito tem raízes profundas na disputa pelo enclave de Nagorno-Karabakh, um território de maioria arménia inserido nas fronteiras azeris durante o período soviético. Com a desintegração da URSS, a tensão rapidamente evoluiu para guerra aberta nos anos 90, resultando em dezenas de milhares de mortos e no controlo da região por forças apoiadas pela Arménia. Um cessar-fogo frágil manteve-se até 2020, quando uma nova guerra alterou o equilíbrio militar em favor de Baku, permitindo ao Azerbaijão recuperar grande parte do território perdido. Em 2023, uma ofensiva relâmpago forçou a rendição das autoridades locais e o êxodo quase total da população arménia de Nagorno-Karabakh. Este desfecho

dramático abriu espaço, embora em meio a tensões e desconfiança, para a negociação de um tratado de paz abrangente.



As conversações para este tratado de paz intensificaram-se, assim, envolvendo múltiplos mediadores internacionais. Moscovo tentou preservar o seu papel de árbitro, mas a guerra na Ucrânia reduziu a sua influência no Cáucaso, abrindo caminho para um maior protagonismo da União Europeia e, sobretudo, dos Estados Unidos da América. Em março de 2025, após meses de discussões técnicas sobre fronteiras, trânsito e segurança, Erevan e Baku anunciaram consenso em todos os artigos do futuro acordo. O momento decisivo ocorreu a 8 de agosto, quando os primeiros-ministros Nikol Pashinyan e Ilham Aliyev formalizaram, na Casa Branca, o tratado de paz, numa cerimónia mediada pelo presidente norte-americano Donald Trump. O ato consagrou um compromisso político inédito e traduziu-se numa clara reconfiguração das alianças regionais.

Entre os elementos centrais do acordo destaca-se a criação do “Trump Route for International Peace and Prosperity” (TRIPP), um corredor estratégico de cerca de 43 quilómetros que atravessa o sul da Arménia e liga o Azerbaijão

continental ao exclave de Nakhchivan. Apesar de permanecer sob soberania arménia e sujeito às suas leis, o território será arrendado por 99 anos aos Estados Unidos, responsáveis pelo seu desenvolvimento. O projeto prevê a construção de rodovia, ferrovia, oleoduto, gasoduto, linhas elétricas e cabos de fibra ótica, transformando a rota num eixo de conectividade eurasiática. Estima-se que o corredor possa atrair investimentos de dezenas de milhares de milhões de dólares e reposicionar o Cáucaso como plataforma de comércio e energia entre a Europa e a Ásia.

O anúncio do tratado gerou reações imediatas na comunidade local e internacional. A União Europeia saudou o acordo como passo decisivo para a estabilização regional, destacando o potencial do corredor para reforçar a conectividade. A Rússia, tradicional mediadora, reconheceu a importância do pacto, embora a sua influência em Erevan surja visivelmente diminuída. A Turquia, aliada próxima de Baku, celebrou a criação do TRIPP como elo vital entre a Europa e a Ásia Central. Em contraste, o Irão expressou reservas, receoso da presença direta dos Estados Unidos junto às suas fronteiras.

No entanto, dentro da própria Arménia, a receção deste acordo foi ambivalente: se, por um lado, é visto como oportunidade histórica de paz, por outro, gera apreensões quanto à soberania e ao impacto político interno da concessão territorial. O seu futuro dependerá, então, da sua implementação prática. A delimitação

definitiva das fronteiras, a gestão operacional do TRIPP e a garantia de segurança para populações deslocadas são desafios imediatos. Do ponto de vista regional, este acordo de paz pode reduzir a influência russa e aproximar a Arménia e o Azerbaijão de estruturas ocidentais. Persistem, contudo, riscos consideráveis: a contestação interna em Erevan, o ceticismo iraniano e a volatilidade do contexto internacional, que podem fragilizar a execução dos compromissos. A durabilidade da paz dependerá, deste modo, da capacidade de traduzir ganhos diplomáticos em benefícios tangíveis para as populações e da manutenção de um equilíbrio estável entre as potências externas.

Em última análise, o tratado entre a Arménia e o Azerbaijão, para além do encerramento de um dos conflitos mais longos do espaço pós-soviético, é, também, um marco diplomático com potencial para redefinir o equilíbrio do Cáucaso. A criação do corredor TRIPP simboliza a aposta na integração regional através da conectividade e do desenvolvimento económico, mas também assinala a entrada de novos atores estratégicos na região, em detrimento de velhas influências. Se o acordo representa uma promessa de reconciliação e prosperidade, permanece contudo dependente da sua execução cuidadosa e da vontade política de sustentar a paz a longo prazo.

Dia Internacional dos Povos Indígenas celebrado em todo o mundo com eventos históricos

Por Raquel Bravo

De Brasília a Gimpo, comunidades indígenas destacam a sua resistência e papel crucial na preservação ambiental

No dia 9 de agosto, comunidades indígenas de todo o mundo assinalaram o Dia Internacional dos Povos Indígenas, que contou com eventos que percorrem os diversos continentes, desde marchas em Brasília a celebrações culturais na Índia e na Coreia do Sul.

Comemorações pelo mundo fora

No Brasil a comemoração deste dia ficou marcada pela realização de um evento inédito, a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, com a escolha do tema: “Mulheres Guardiãs do Planeta pela Cura da Terra”. A mesma teve início no dia 4 de agosto e durante três dias foram realizados inúmeros debates, que se debruçaram sobre temas como: o direito e gestão territorial, a emergência climática, as políticas públicas e a violência de gênero, a saúde e a educação. No final desta Conferência, as propostas elaboradas pelas mulheres participantes foram entregues ao Governo Federal Brasileiro.

A Conferência precedeu a IV Marcha das Mulheres Indígenas, realizada na

quinta-feira, dia 7 de agosto. Tal movimento levou cantos, danças e reivindicações de cerca de 5 mil mulheres indígenas às ruas da capital brasileira. A Marcha ocorre a cada dois anos, e reúne mulheres de todos os biomas do país com o propósito de debater inúmeras questões, nomeadamente: a demarcação dos seus territórios, a violência contra a mulher indígena, a saúde, a educação e o seu bem-estar.



Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (Fonte: Greenpeace)

Concentrando-nos no continente asiático, mais especificamente na Índia. A noção da importância do dia 9 de agosto mantém-se em diversas regiões do país, tais como Nilgiris, Meghalaya, Manipur Ranchi, Hyderabad e Karnataka. Tendo sido celebrado através de: eventos culturais, rituais, declarações políticas e distribuição de benefícios. Um exemplo deste último ato ocorreu em

Ooty, onde as autoridades locais, de forma a reconhecer o papel das comunidades tribais na conservação das florestas, distribuíram assistência financeira e medidas de apoio, com o objetivo de reforçar a ligação destes povos à gestão sustentável dos recursos naturais.



Rituais culturais marcaram as celebrações na Índia (Fonte: The Wire India)

Por fim, na Coreia do Sul, realizou-se, pela segunda vez no país, a comemoração do 9 de agosto. O evento aconteceu na cidade de Gimpo e foi organizado pela Jumma Peoples Network- Korea, uma organização cultural fundada pelos Jumma que são indígenas do Bangladesh, em colaboração com a Dream of Nations Myanmar Community, que reúne indígenas de Myanmar. Mesmo na diáspora, estas comunidades sublinham a sua ligação ancestral à terra e às florestas, trazendo consigo práticas e valores de respeito pela natureza. Durante as celebrações estes destacaram a importância da preservação das florestas tropicais de onde são originários, sensibilizando a sociedade coreana para a relação entre identidade indígena e o equilíbrio ambiental.



Comunidades indígenas celebraram em Gimpo (Fonte: Pressenza)

Surgimento, relevância desta comemoração e importância dos povos indígenas

O dia 9 de agosto, proclamado pela Organização das Nações Unidas no ano de 1994, em reconhecimento da primeira reunião do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Populações Indígenas, que se realizou em Genebra em 1982, visava o aumento da consciencialização acerca do contexto e das vivências dos povos indígenas em todo o globo, especialmente das suas lutas, obstáculos e desafios quotidianos. O objetivo deste dia recai no reconhecimento, valorização e, consequentemente, proteção e luta contra a marginalização, pobreza extrema e outras violações dos direitos humanos contra estes grupos populacionais.

A data instituída marca essencialmente a resistência histórica vivida por estes povos originários de todo o mundo. Os quais não se apresentam apenas como herdeiros de línguas, culturas e tradições milenares, mas também enquanto representantes e detentores de um papel crucial na manutenção e

preservação dos maiores ecossistemas do planeta. Isto verifica-se na realidade, já que as terras indígenas demarcadas funcionam como escudo, constituindo elementos essenciais, por

exemplo, em casos de desflorestação. Assim, mais do que uma celebração, o 9 de agosto é um lembrete da luta contínua dos povos indígenas pela sua dignidade e futuro.

Eleições na Bolívia - Uma viragem à direita

Por João Confraria

No dia 17 de Agosto, realizaram-se eleições históricas na Bolívia, tendo sido um autêntico caldeirão de surpresas e o início de mudanças estruturais no país. Em jogo estavam a eleição do Presidente, do vice-presidente, 36 senadores e 130 deputados. O resultado contrariou todas as expectativas dentro e fora do país que contavam com a vitória maioritária, e, portanto, apenas com uma ronda eleitoral, do empresário Samuel Dória Medina. Ao invés disso os dois candidatos que irão disputar a segunda ronda eleitoral a 19 de outubro, serão Rodrigo Paz, senador e membro do Partido Democrata-Cristão, que obteve mais de 1.561.000 votos (32,08%) e Jorge Quiroga, que presidiu o país logo a seguir à queda do ditador boliviano Hugo Banzer, apoiado pelos Estados Unidos, que governou durante os anos 70 e no final dos anos 90. Quiroga contou com 1.311.000 de votos (26,94%).

Em terceiro lugar, ficou o empresário Samuel Dória Medina, com 19,93% dos votos, e, em quarto lugar, representando uma derrota histórica, ficou o principal candidato da esquerda Andrónico Rodriguez, com 8,15 % dos votos. O partido de esquerda MAS, que governa na Bolívia desde 2005, obteve uma derrota estrondosa com, apenas, 3,14% dos votos.

Para lá dos resultados numéricos, estas eleições foram marcadas por vários fatores que acabaram por determinar uma viragem radical à direita.

Em primeiro lugar, as eleições surgiram num contexto da maior crise económica dos últimos 40 anos. Com uma inflação em volta dos 25%, a Bolívia depara-se, hoje, com uma significativa escassez de dólares, tendo levado, consequentemente, por um



Senador Rodrigo Paz à esquerda e Jorge Quiroga à direita (Fonte: BBC)

lado, a uma escassez de petróleo e ao aumento do preço dos produtos no mercado interno e, por outro lado, à desvalorização da moeda boliviana, agravando, ainda mais, a balança de pagamentos e o déficit. Para piorar a situação boliviana, parte das obrigações de dívida de La Paz têm de ser pagas em dólares, aumentando a pressão dos mercados internacionais sobre o Rating e a taxa de juro da dívida a curto e a longo prazo.

As dificuldades económicas descritas acima surgem, acima de tudo, devido à diminuição da exportação da maior riqueza do país, ou seja, o gás natural. Com a crescente escassez desta fonte de energia e a diminuição das importações da Argentina e do Brasil, o país perdeu a base do seu crescimento económico nos últimos 20 anos. As exportações de gás caíram de 6,6 mil milhões de dólares em 2014 para 2 mil milhões de dólares em 2023, causando uma grande escassez de dólares.

Em segundo lugar, estas eleições acontecem perante um fim de ciclo da história da Bolívia. Depois de um século XX atribulado que respeitava os padrões de autoritarismo militar e desigualdades económicas gritantes, a Bolívia foi um dos países latino-americanos precursores de uma viragem à esquerda no início do século XXI que contou com Lula da Silva, no Brasil, Tabaré Vazquez, no Uruguai, Hugo Chávez, na Venezuela, Michelle Bachelet, no Chile, Néstor Kirchner, na Argentina e, finalmente, Evo Morales, na Bolívia.

Foi neste contexto, que Morales, eleito em 2005, foi considerado um dos pais da Nação, transformando profundamente o país, principalmente através da nacionalização total da exploração do gás e de outros minerais, com que, por sua vez, garantiu um longo período de crescimento económico, a criação de uma extensa rede de serviços públicos e apoios sociais, a estabilização da inflação e grandes projetos de desenvolvimento infraestrutural. Com um forte apoio popular, foi permitido a Morales estender-se no poder até 2019, ano em que, novamente, procurou uma revisão constitucional para conseguir mais um mandato, mas enfrentou uma revolta das forças armadas.



Evo Morales (Fonte: Wikipédia)

Neste quadro, sucedeu-lhe o ministro das Finanças, Luis Arce, que herdou, segundo a investigadora Moira Zuazo, a crescente queda das exportações de gás e a ausência de um plano económico que contornasse a dependência do gás. Perante a

impopularidade de Arce e a exaustão de quase 20 anos de governo do MAS, estas eleições pautam-se pela ambição do povo boliviano de mudar de ciclo e apostar numa alternativa política de centro-direita, que espera poder resolver os problemas económicos do país. Segundo Fernando Molina, historiador boliviano, “sempre que um caudilho da política sai do poder, cria-se um clima de fragmentação e incerteza”.

Finalmente, as eleições ficaram vincadas pela divisão da esquerda e a intervenção de Evo Morales. Esta fragmentação, ocorreu com o apelo de Morales ao voto nulo devido à proibição de se candidatar às eleições pelo Tribunal Constitucional, com a candidatura de Castillo, pelo MAS, liderado pelo Presidente Luis Arce e, finalmente, tentando dar uma nova cara à esquerda boliviana, Andrónico Rodríguez, Presidente do Senado. Segundo Molina, a primeira cisão aconteceu dentro do MAS quando Evo Morales anunciou a sua candidatura às eleições de 2025 rompendo com Luis Arce, principalmente, devido às divergências no que toca à exploração de lítio no país (uma das maiores do mundo), já que Morales ambicionava fazer esta exploração, estritamente, através do Estado, não permitindo a exploração a empresas chinesas e russas. Apesar de proibido de concorrer, Morales, através do apelo ao boicote das eleições, conseguiu uma percentagem de votos nulos de 19%. O melhor resultado à esquerda foi alcançado por Andrónico Rodríguez, com 8,15% dos votos. Assim, a fragmentação à esquerda contribuiu

para uma decisiva guinada à direita no país.

É neste quadro que as eleições vão ser decididas entre dois candidatos fora do espectro da esquerda, Paz e Quiroga. Rodrigo Paz, que foi a grande surpresa da noite eleitoral, é um senador de 54 anos, filho do ex-presidente Jaime Zambra e fez a sua carreira política como membro do Congresso e como governador de Tarija. Situa-se no centro-direita e tem-se apresentado como uma figura inovadora no quadro das figuras políticas bolivianas, representando uma renovação da classe política. Para além de ambicionar diminuir o papel do Estado na economia, a principal medida que propôs foi a descentralização com um modelo económico misto, sendo que 50% do orçamento seria administrado pelo Estado central enquanto os restantes seriam administrados pelos governos regionais.

Jorge Quiroga, de 65 anos e ex-Presidente, representa a direita mais radical na Bolívia, opondo-se, durante os últimos 20 anos, à governação do MAS, ao qual intitulou de “anos perdidos”. A crescente popularidade de Quiroga enquadra-se na crescente viragem à direita na América Latina, sendo que o candidato presidencial boliviano tem ecoado parte da narrativa de líderes de extrema-direita, como Bolsonaro e Milei. Em particular, devido à crescente inflação na Bolívia, Quiroga tem apontado para o sucesso de Milei em conter a inflação na Argentina, a necessidade de cortar nos apoios sociais para enfrentar a crise e

a ambição de privatizar os setores económicos estatais e a exploração dos recursos minerais no país. Molina aponta para os setores do agronegócio, na região de Santa Cruz de La Sierra perto da fronteira com o Brasil, enquanto o bastião da candidatura de Quiroga devido em parte à influência da direita brasileira. No entanto, como diz Molina, Quiroga e os candidatos pelo partido Aliança Livre estão mais longe do radicalismo brasileiro de forte influência da Igreja Evangélica ou do radicalismo Argentino que assenta na extravagância de Milei e numa tendência anarco-capitalista.

Devido ao legado de Evo Morales, a investigadora boliviana Moira Zuazo, acha que não pode haver uma reversão de direitos sociais e uma ruptura tão significativa, pelo menos, no contexto atual. Para além disso, Molina aponta que a elite boliviana não está muito ligada ao comércio internacional e que depende do Estado para o desenvolvimento dos seus projectos e que, portanto, não é anti-estatista nem defende uma liberalização total do mercado. Maioritariamente, devido a estas duas razões podemos esperar uma viragem à direita na Bolívia mais moderada do que no Brasil ou Argentina. No quadro da política externa, Quiroga promete o afastamento a governos próximos da Bolívia, como Nicarágua, Venezuela e Cuba, a favor da aproximação à Argentina e aos Estados Unidos.

Ainda neste contexto, a Reuters indica que os mercados internacionais viram com bons olhos esta viragem à direita, principalmente, devido à possível pri-

vatização da exploração do Lítio e à instauração de um programa do FMI, que corte na despesa pública e imponha privatizações em vários setores da economia. Neste plano, os investidores têm visto as obrigações de La Paz como mais atrativas. Principalmente as empresas russas, chinesas e americanas, que irão procurar obter contratos de exploração de lítio com o novo governo.

Todas estas mudanças no contexto político boliviano, tornar-se-ão mais transparentes a partir do dia 19 de Outubro, data da segunda volta das eleições. Quanto ao futuro, Molina aponta que esta mudança de ciclo pode não ser definitiva e que Evo Morales tem condições para voltar ao centro da cena política. Molina explica que a crise económica será muito difícil de resolver, principalmente, devido às decrescentes reservas de gás e à alta inflação, o que acarretará a diminuição nos apoios sociais e corte nos direitos sociais, o que será extremamente impopular devido ao legado de progresso social e de erradicação da pobreza extrema, deixado por Morales. O historiador boliviano acredita que Morales vai ser um grande opositor ao futuro governo e que pode voltar ao Palácio Quemado devido ao forte apoio social que ainda tem e ao facto que a crise foi atribuída ao governo de Luis Arce.

Vamos ter de esperar para saber se a Bolívia vai resistir às tendências latino-americanas de viragem à direita ou se, por outro lado, o legado progressista de Evo Morales vai continuar a marcar o século XXI boliviano.

Referendos de destituição de deputados em Taiwan

Por Jorge Paixão

Entre julho e agosto, na Ilha de Taiwan (também conhecida por Ilha Formosa), observou-se, sob o formato de uma campanha eleitoral, o resultado da mobilização em massa dos apoiantes das duas principais forças políticas dominantes em Taiwan, a Coligação Pan-Verde, liderada pelo governo de Lai Ching-te e a Coligação Pan-Azul, formada pelos partidos de oposição. Este fenómeno, conhecido também como o “Great Recall” foi o auge de uma contínua polarização ideológica presente na sociedade taiwanesa, causada pelo impasse político, subsequente às eleições legislativas que decorreram no ano de 2024.

Contexto

Desde o mês de janeiro do ano passado, com a eleição de Lai Ching-te para o cargo da presidência e a assunção dos membros eleitos para o 11º Yuan Legislativo. Que tem ocorrido uma gradual, mas notável, polarização entre não só representantes eleitos de diferentes partidos, inclusivamente com o bloqueio e uso de força física dentro do Yuan Legislativo, o órgão parlamentar do país, de forma a impedir a implementação de legislação, mas, também, na própria sociedade taiwanesa com a movimentação de grupos de interesse como foi o caso do “Movimento Blue Bird”.

Esta mudança pode ser atribuída a duas causas principais, sendo a primeira destas a divisão intergeracional do eleitorado taiwanês, nomeadamente a noção de uma identidade cultural separada da China continental e as implicações que essa noção tem relativamente ao seu estatuto enquanto estado de facto soberano. Existindo uma divisão clara entre as gerações que viveram durante o regime de Chiang Kai-shek, ou “Dang Guo” e aquelas que nasceram durante ou após o processo de democratização de Taiwan com o surgimento de um movimento socialmente progressista na última década, consolidado à volta do Partido Democrático Progressista, (PDP), que liderado pelo presidente Lai Ching-te, se apoia, maioritariamente, neste eleitorado mais jovem/urbano. O PDP relativamente à questão de identidade cultural, rejeita a “Política de uma China”, preservando o *status quo* de soberania de facto, sem promover diretamente o reconhecimento internacional *de jure*, de forma a evitar qualquer conflito entre as duas repúblicas chinesas.

Por outro lado, as gerações que experienciaram os efeitos da Guerra Civil Chinesa, tendem apoiar o conservadorismo nacionalista do Guomingdang, ou Kuomintang, (KMT), partido, que, pelo seu papel de liderança durante este conflito se

proclama como herdeiro da República da China, (RC), e subsequentemente mantém uma maior ligação à China continental, não só por acreditar na ideia de uma eventual unificação das repúblicas, mas por, também, promover a cooperação económica/diplomática com a República Popular da China, (RPC).

A incompatibilidade entre estas duas visões, em conjuntura com a particularidade do tema de soberania e a sua sensibilidade cultural, permite uma polarização maior da sociedade entre estes dois campos ideológicos, mesmo em questões não relacionadas ao tema.

Além desta causa principal, existe, também, uma segunda causa responsável por esta divisão, nomeadamente a tripartição do sistema político taiwanês, através da emergência de um novo pólo político separado de ambas as Coligações Pan-Verde/Pan-Azul, o Partido Popular de Taiwan, (PPT), que ao se apresentar como uma alternativa viável ao bipartidarismo entre o PDP e o KMT, conseguiu capturar moderados de ambos campos políticos, o que, consequentemente, dificultou as chances de ambos, o KMT e o PDP, alcançarem maiorias governativas na eleição de 2024, com a segunda eleição presidencial na história da democracia taiwanesa onde o candidato eleito não ganhou, percentualmente, uma maioria, apenas uma pluralidade de votos. Crucialmente, para o PPT, a eleição legislativa foi, também, a segunda na história da república, em que nenhuma das duas principais

coligações obteve uma maioria no Yuan Legislativo, o que garantiu ao PPT um estatuto de grande importância durante o processo de negociações entre representantes, no passamento de legislação por ambos o governo e a oposição.

Os referendos

Com um Yuan Legislativo politicamente fragmentado, o governo de Lai Ching-Te esteve durante mais de um ano incapaz de passar qualquer agenda legislativa sem a colaboração dos partidos da oposição. As suas políticas mais progressistas, como o cumprimento da data-limite estabelecida em 2016 pelo governo anterior, na ambição do abandono completo do uso de energia nuclear até 2025, em conjunto com a implementação de uma nova estratégia militar defensiva, sob a forma de investimentos diretos na indústria nacional, foram rejeitados pelos esforços legislativos da Coligação Pan-Azul em colaboração com PPT. Esta aliança política não só rejeitou as propostas apresentadas pelo executivo de Lai, como, também, propôs as suas próprias, nomeadamente, cortes no orçamento nacional, a redistribuição de financiamentos regionais, a instituição de reformas legais no tribunal constitucional e a alteração do mecanismo de destituição eleitoral.

Estas reformas, especialmente as últimas duas, levaram a um grande descontentamento entre os grupos mais progressistas da sociedade taiwanesa, principalmente, por serem consideradas inconstitucionais. Consequentemente, esta frustração

popular levou ao estabelecimento do “Movimento Blue Bird”, com um propósito único, restabelecer a maioria da Coligação Pan-Verde no Yuan Legislativo, através da destituição eleitoral do número máximo possível de representantes do KMT.

a intenção principal de demonstrar o seu descontentamento no Yuan Legislativo, através de inúmeros protestos nas grandes cidades ao longo do ano, de forma semelhante ao “Movimento Girassol” de 2014, até que, com a recolha de assinaturas e finan-



Representantes do partido principal da oposição Kuomintang (KMT) votam enquanto o Partido Democrático Progressista (PDP) realiza um protesto (Fonte: Reuters Connect)

Tradicionalmente, o uso deste mecanismo constitucional em Taiwan, limitava-se a casos de escândalos de corrupção em representantes eleitos, contudo com a crescente polarização política que tem ocorrido na última década, a recorrência a este tipo de referendos têm sido cada vez mais normalizada na sociedade, como uma opção viável para remoção de representantes, como no caso de Han Kuo-yu, representante eleito do KMT, que, a 6 de junho de 2020, perdeu um referendo e viu-se destituído do seu cargo.

Neste contexto, o “Movimento Blue Bird” começou a 17 de maio de 2024 a mobilizar a sua base de apoiantes, com

financiamento suficiente, no início de 2025 o movimento declarou as suas intenções de recorrer aos referendos de destituição assim que fossem permitidos, por haver um intervalo de tempo obrigatório de um ano entre a eleição e destituição dos representantes eleitos. Durante este período o governo de Lai, recusou-se apoiar, diretamente, o esforço, de forma a evitar que os referendos se tornassem num teste de confiança contra o governo, contudo alguns membros do PDP continuaram a apoiar e a participar diretamente no movimento. Por outro lado, ambos o KMT e o PPT mobilizaram as suas bases de apoio num contramovimento, caracterizando os referendos como

uma tentativa de usurpação do poder por parte do PDP.

Resultado

No total o “Movimento Blue Bird”, com o eventual apoio do governo de Lai, durante as últimas semanas da campanha eleitoral, conseguiu levar a referendo 31 dos 39 representantes eleitos do KMT, no Yuan Legislativo. Em contraste, o contramovimento do KMT e do PTT, não conseguiu levar a referendo nem um único representante do PDP, dos 38 que, originalmente, ambicionavam. Houve, também, duas tentativas de levar a referendo representantes locais, um contra a Chen Yu-ling do PDP, organizado pela oposição e outro contra Ann Kao, recentemente expulsa do PPT por estar envolvida num escândalo de corrupção, ambos referendos foram aceites.

Além destes referendos de destituição, a oposição tentou passar também 4 referendos nacionais, 3 dos quais não cumpriram a data-limite estabelecida para poderem ir a voto em agosto, com apenas 1, a restauração do segundo reator da Planta Nuclear de Maanshan em Pingtung proposto pelo PPT, sendo aceite para ir a referendo nacional em agosto. Os referendos ocorreram em três datas distintas, a 13 de julho contra Chen Yu-ling, a 26 de julho para 24 representantes do KMT e segunda representante local, Ann Kao, e a 23 de agosto para os restantes 7 representantes do KMT, em conjunto com o referendo nacional do PPT.

Nenhum dos referendos passou a margem necessária para destituir os

representantes eleitos, com uma diminuição notável na afluência entre os referendos de julho e agosto. O referendo nacional do PPT sobre a restauração da Planta Nuclear de Maanshan, também não passou por falta de votos, com uma afluência apenas de 29,5% do eleitorado total, tendo percentualmente tido uma margem de apoio de 74,2%, perante, apenas, 25,8% de oposição.

O resultado foi uma grande vitória para a oposição de Lai, nomeadamente o KMT, que ao fim de quase uma década conseguiu, finalmente, retirar a maioria governativa do PDP, podendo, assim, dominar o principal órgão legislativo de Taiwan, em conjunto com a restante Coligação Pan-Azul, através do apoio indireto do PPT, na esperança de retomar a presidência em 2028.

Para Lai, o resultado foi bastante diferente, sem controlo do Yuan Legislativo, o seu governo terá de colaborar com ambos o KMT e o PPT. Além disso, se não conseguir passar a legislação que prometeu durante a sua campanha presidencial em 2024, em conjunto com um crescente descontentamento contra o PDP, por parte do seu eleitorado mais moderado, o Presidente, poderá correr o risco de perder ainda mais votos para o PPT e comprometer a sua chance de um segundo mandato. Os grupos que levaram à criação do “Movimento Blue Bird”, sofreram, também, uma grande derrota ao não terem conseguido restaurar a maioria legislativa da Coligação Pan-Verde, perderam a melhor oportunidade que

tinham para combater a agenda dos partidos da oposição, nomeadamente em questões como reformas judiciais, mecanismos constitucionais e outras alterações ao sistema político de Taiwan.

O PPT, por sua vez, conseguiu preservar a sua importância enquanto terceira força política, mesmo que o seu estatuto de neutralidade tenha sido posto em causa, principalmente, pela sua colaboração com a Coligação Pan-Azul.

Tendo em conta a preservação do *status quo*, podemos afirmar que esta campanha eleitoral, ao contrário dos desejos do PDP e do “Movimento Blue Bird”, não resolveu nem a polarização social de Taiwan, nem o impasse político estabelecido há um ano. Sendo a única resolução possível para este problema a colaboração entre o governo e a sua oposição.

Impacto internacional

O impacto internacional desta campanha, esteve, maioritariamente, ligado à reação da China, que repreendeu, severamente, o governo de Taiwan, por considerar a campanha uma tentativa antidemocrática de Lai Ching-te se manter no poder. A China criticou, também, a legitimidade dos referendos, acusando estes de serem altamente manipulados e contra o desejo do povo taiwanês. Perante os resultados de dia 26, Pequim afirmou que estes eram uma demonstração, por parte do eleitorado da Ilha Formosa, da rejeição completa do autoritarismo do PDP. Esta reação enquadra-se, também, com as

ambições geopolíticas da RPC, que procura, cada vez mais, defender a “Política de uma China” para além das suas fronteiras.

Por outro lado, o silêncio dos Estados Unidos da América relativo à campanha e subsequentemente, aos comentários da China, não significa, necessariamente, um afastamento entre os EUA e a RC. Este comportamento tem que ser compreendido no contexto da nova política externa norte americana, “America First”, como um tipo de isolacionismo, que prioriza o uso pressão económica/diplomática para obter concessões, tendo em conta a decorrência de uma guerra comercial entre os EUA e a RPC é compreensível que a Casa Branca não queira pôr em causa as decorrentes negociações entre ambos lados, apenas para apoiar diplomaticamente Taiwan, na tentativa de alcançar o máximo possível de concessões comerciais.

Relativamente a Portugal, não podemos afirmar que houve algum impacto, diretamente, ligado à ocorrência desta campanha eleitoral em Taiwan, especialmente por não envolver o reconhecimento da RC, nem um potencial bloqueio das rotas comerciais que afetem ambos Portugal e a Europa de forma generalizada. Contudo, a longo prazo, a instabilidade política de Taiwan poderá ter consequências mais diretas para Portugal a nível económico.

O conflito em Gaza e a mudança da posição europeia

Por Alexandre Batista

Reacendido a 7 de Outubro de 2023, o conflito duplo-secular Israelo-Palestiniano — cujas origens remontam aos finais do século XIX — tornou-se o título principal de diversos jornais, canais de televisão, e dos tópicos mais mediáticos de campanha e discussão política. Os seus derivativos, como o debate sobre o reconhecimento internacional do Território Palestíniano como um Estado, têm sido alvo de diversas atenção e destaque nas mídias internacionais.

Contexto Histórico

Em finais do século XIX, na origem do conflito israelo-palestiniano, nasce o movimento Sionista (em hebraico: ציונות Tsiyonut), um movimento político-filosófico criado e liderado, inicialmente, por Theodor Herzl, cuja finalidade é a defesa do direito de autodeterminação do povo judeu e, por consequência, a criação de um Estado nacional Judaico.

Após a criação deste movimento, dá-se a Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Neste contexto, a França e a Grã-Bretanha necessitavam do apoio árabe para derrotar o Império Otomano, um império que controlava uma porção significativa do Médio Oriente, pelo que se aproveitaram do seu desejo de independência para este fim. No entanto, apesar de promessas

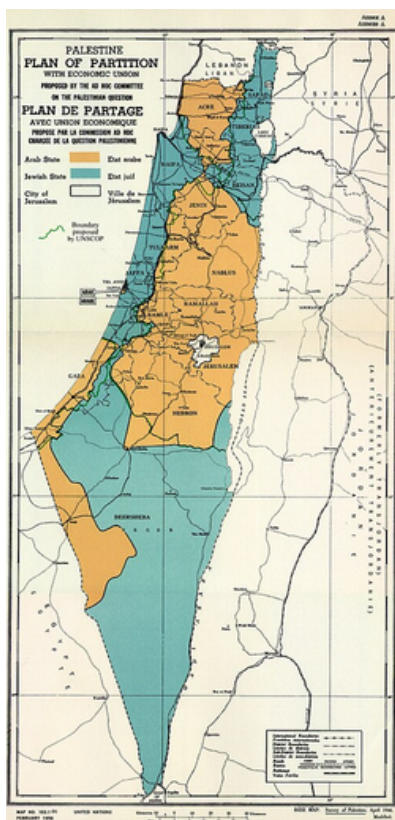
feitas a esta parte, viriam a realizar uma divisão dupla cuja influência funcionaria por “mandatos”. A “Grande Síria”, conquistada pelos Otomanos por estes estados, seria dividida da seguinte forma: França com a Síria e o Líbano e a Grã-Bretanha com a Transjordânia (atual Jordânia), o Iraque e a Palestina.

Enquanto apoiantes do movimento sionista, os britânicos comprometem-se formalmente, através da Declaração de Balfour (1917), a constituir o oficial “Estado Judeu” na Palestina, assumindo controlo desta região no mesmo ano, apesar que com uma oposição fortíssima por parte dos atuais habitantes palestinianos.

Mais tarde, a criação da United Nations Special Committee on Palestine (UNSCOP) deu-se em Maio de 1947, pela ONU, a pedido do Reino Unido, para regular e monitorizar a divisão do território Palestíniano, visando a aplicação prática da declaração de Balfour. Poucos meses depois, a 29 de Maio de 1947, ficou decidido por esta organização que a divisão do território palestiniano deveria ser formalizada, e através da resolução 181 da Assembleia geral das Nações Unidas, esta foi oficializada.

Coincidindo com o final do Mandato britânico, o Estado de Israel é criado a

14 de Maio de 1948, no espaço reservado ao povo Judeu. Os motivos entre os quais houve tanto apoio internacional para o movimento sionista encontram-se no impacto do Holocausto nos Judeus, na incapacidade dos países europeus de garantir a proteção destes e no apoio da causa por parte das potências globais (EUA e URSS), entre outros.



Repatrição do território Palestino pela Resolução 181 (Fonte: Nações Unidas)

Logo após a criação unilateral do Estado de Israel, a 15 de Maio de 1948, como um desdobramento daquela que tinha sido a Guerra Civil na Palestina Mandatária, inicia-se logo a seguir à declaração de independência do Estado de Israel, a Guerra Israelo-Árabe, iniciada pelos Estados Árabes, não conformados com a resolução 181 da ONU.

Este conflito ficou conhecido por Nakba (em Árabe, “catástrofe”) e durante este período, mais de 750.000 Palestinos que viviam no território que se iria tornar o Estado de Israel foram expulsos ou fugiram, tornando-se refugiados.

Esta guerra seria seguida de uma série de outros conflitos entre os israelitas e os palestinos e seus aliados árabes, assim como tentativas de resolução do conflito, nomeadamente através dos Acordos de Oslo de 1993, que estabeleceram uma base para as relações entre Israel e a OLP, que viria a formar a Autoridade Nacional Palestina, reconhecida enquanto representante do povo palestino, e implicou o reconhecimento mútuo dos dois Estados.

Estes acordos, no entanto, não colocaram um fim ao conflito, mantendo-se tensões e hostilidades periódicas, agravando-se após a ascensão do grupo Hamas, que obteria destaque como uma alternativa à liderança da OLP e assumiria o controlo da Faixa de Gaza em 2007.

7 de Outubro de 2023 e reação israelita

Os ataques de 7 de outubro, proporcionados pelo Hamas, foram uma série de ataques coordenados pelos membros do grupo militante islâmico palestino que ficaram conhecidos entre os israelitas como os ataques do Sábado Negro.

Na madrugada de um sábado, 7 de outubro de 2023, dia sagrado do

Shabat para os judeus, foram lançados do território palestino pelo menos 2200 mísseis, matando pelo menos 200 israelitas, entre eles civis e incluindo 3 baixas de turistas portugueses, e pelo menos 5 desaparecidos. Adicionalmente, foram realizados uma série de ataques por via terrestre, inclusive ao festival de música NOVA, onde se encontravam cerca de 3000 pessoas, levando à morte de pelo menos 370 pessoas.

Após apenas 3 dias de conflito o exército Israelita afirma ter recuperado todas as zonas capturadas pelo Hamas durante estes ataques.



*Ataque do Hamas ao Concerto de Cura Nova
(Fonte: The Independent)*

Logo após a criação unilateral do Estado de Israel, a 15 de Maio de 1948, como um desdobramento daquela que tinha sido a Guerra Civil na Palestina Mandatária, inicia-se logo a seguir à declaração de independência do Estado de Israel, a

Guerra Israelo-Árabe, iniciada pelos Estados Árabes, não conformados com a resolução 181 da ONU.

Nos dias seguintes o exército israelita lançou uma campanha militar de larga escala contra a Faixa de Gaza, com bombardeamentos intensos atingindo instalações do Hamas, mas também áreas civis, causando milhares de vítimas e uma crise humanitária grave. Gaza perdeu cerca de 7% da população devido às mortes e deslocamentos, enquanto o acesso a recursos essenciais foi limitado. Apesar dos apelos internacionais por um cessar-fogo, os combates prolongaram-se, agravando o conflito.

Até agosto de 2025, mais de 54.000 palestinianos morreram e cerca de 130.000 ficaram feridos. Israel contabilizou pelo menos 1.200 mortos, incluindo vítimas do ataque inicial do Hamas e dos combates seguintes, além de mais de 250 reféns sequestrados. O conflito espalhou-se regionalmente, com mortes na Cisjordânia e no sul do Líbano, ampliando a instabilidade no Médio Oriente.

As consequências e reações internacionais deste conflitos

O conflito entre Israel e Hamas teve profundas consequências internacionais, dividindo reações globais entre apoio a Israel e condenação das ações do Hamas, e a uma enorme sensibilização pela crise humanitária em Gaza, traduzindo-se numa responsabilização dos danos a civis por parte de Israel. Diplomática e

politicamente, levou ao reconhecimento formal da Palestina por alguns países europeus, a investigações do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra, à intensificação das tensões regionais com envolvimento de grupos como Hezbollah e Houthis, além de várias reuniões emergenciais da ONU. Apesar de acordos temporários, o conflito mantém a região em alta tensão e instabilidade internacional.

Os ziguezagues diplomáticos do mundo no conflito Israel-Gaza

Desde o início do conflito em Gaza a maioria dos países europeus (nomeadamente a Alemanha, França, Suíça, Bélgica, entre outros) e os EUA, cada um com sensibilidades históricas e políticas diferentes, manifestaram, primeiro, apoio ao direito de Israel se defender do ataque do Hamas. Com o agravamento da crise humanitária e o número crescente de vítimas civis palestinianas, essas posições foram mudando: França passou à frente para o reconhecimento do Estado da Palestina e juntou-se a outros países europeus para exigir um cessar-fogo imediato e sem condições, enquanto a Alemanha, mesmo que relutante, adotou um tom crítico quanto à condução militar israelita e ampliou o apoio à ajuda humanitária.

Nos Estados Unidos, embora o apoio militar e político a Israel tenha permanecido consistente, as diferenças entre as administrações de Trump e Biden tornaram-se evidentes: Trump solidificou esta aliança, enquanto Biden, apesar de manter o apoio ao aliado estratégico no Médio

Oriente, adotou uma abordagem mais aberta à pressão diplomática e ao reconhecimento dos direitos palestinianos. Esta divergência refletiu-se, por exemplo, na resposta coordenada dos EUA a ataques ao Irão e no diálogo sobre um cessar-fogo. Assim, no decurso de dois anos, evoluiu-se de uma postura de alinhamento automático com Israel para uma mobilização internacional pelo fim da guerra e pelo reconhecimento da Palestina por parte de alguns países, ainda que com diferentes graus de intensidade e compromisso.

Portugal, por sua parte, manteve ao longo do conflito uma posição equilibrada, defendendo consistentemente a solução de dois Estados, Israel e Palestina, como caminho para a paz. Embora seja um dos 15 países da União Europeia que ainda não reconhece o Estado palestiniano, o governo português tem adotado uma postura de mediação, insistindo na necessidade de diálogo com todas as partes envolvidas. Portugal tem participado em declarações conjuntas internacionais que exigem o cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza, manifestando um interesse numa solução diplomática, e não bélica.

Um tributo a Edward Snowden: A vigilância massificada das populações

Por Johan Schäfer

Em junho de 2013 um analista até então desconhecido da National Security Agency (NSA), os serviços secretos americanos especializados na recolha, tratamento e utilização de todo o tipo de dados eletrónicos, chamado Edward Snowden, tomou a decisão de se tornar um *whistleblower*. Fê-lo partilhando centenas de documentos internos da agência, que provam detalhadamente o porquê e como funcionou a vigilância de todas as ações que (in)diretamente passam pela internet e não só. A partir do momento em que qualquer um de nós se liga à internet pelo seu dispositivo, produz inevitavelmente dados com tudo o que faz. Cada site visitado, cada anúncio que surge, até cada click do rato e tecla pressionada é registrada e guardada.

Isto acontece com todas as pessoas à face da terra, formando uma ficha virtual que caracteriza todo o nosso comportamento online, extensível para a realidade offline. A ficha é extremamente pormenorizada, pois contém tudo o que fizemos online nos últimos anos; a internet nada esquece. Esta ficha, para além de monitorizar o passado e consequentemente a evolução da personalidade de cada ser humano, pode ainda permitir fazer previsões sobre qualquer ação futura de curto, médio a possivelmente até longo prazo.

Cada site visitado, cada anúncio que surge, até cada click do rato e tecla pressionada é registrada e guardada nos servidores da NSA e dos seus parceiros da big tech, nomeadamente a Google, Microsoft, Amazon, Apple, Meta, Adobe etc. Isto acontece com todas as pessoas à face da terra, a toda a hora e os dados são guardados para sempre. A situação torna-se ainda mais preocupante quando todos estes dados são agregados à nossa pessoa, formando uma ficha virtual que caracteriza todo o nosso comportamento online, extensível para a realidade offline. A ficha é extremamente pormenorizada, pois contém tudo o que fizemos online nos últimos anos, a internet nada esquece. Daí vem a frase correta e preocupante que as big tech e os serviços secretos nos conhecem melhor que nós a nós mesmos, evidenciada por Snowden.

Sem entrar em pormenores demasiado técnicos, foram estes alguns dos factos mais importantes que Snowden revelou à população comum.

Ligação com política mundial e consequências

Os Estados Unidos da América, na década de 1990 e especialmente o pós 9/11 de 2001, multiplicaram a vigilância das sociedades. Este tópico é simultaneamente dos mais importantes e dos menos menciona-

dos no debate da política mundial, onde quem pratica a vigilância faz tudo para não ser vigiado, ou caso aconteça, procuram desviar a atenção. Snowden, que nos EUA ainda hoje é procurado com um mandato de captura por ter, segundo as autoridades americanas, posto em causa a segurança nacional por divulgar documentos confidenciais, é apontado pelos seus apoiantes como vítima destes esforços. Após ter revelado os documentos a partir de Hong Kong, andou numa odisseia que o levou para Moscovo. Ainda em 2025, 12 anos após o escândalo, o whistleblower continua retido a viver na Rússia, tendo obtido a cidadania do país em 2022.

O foco de atenção dado pelos media ao caso, assim como as reações políticas nos meses e anos que se seguiram foram diversas, mas por 2014 a esmagadora maioria dos cidadãos, políticos e jornalistas se tinham esquecido da existência das revelações.

Relevância para a atualidade

Na autobiografia *Permanent Record*, publicada em 2019, Snowden descreve as causas e consequências da sua decisão. Lamenta a falta de atenção que as revelações tiveram, sendo esta uma das razões para ter escrito o livro.

No entanto, em 2025, esta questão é mais importante que nunca: as big tech têm cada vez mais poder, gozando muitas delas de monopólios nas suas áreas (Google, Meta, Microsoft, Amazon). Os seus programas sofrem com falhas graves de transparência, ninguém sabe como



Edward Snowden (foto: Right Livelihood)

e porquê funcionam da forma como funcionam. Já quase ninguém sabe quem foi Edward Snowden, nem a importância que teve na política mundial. Com o surgimento de modelos de inteligência artificial e a evolução diária da internet, as capacidades de vigilância tornaram-se ainda mais sofisticadas, poderosas e eficientes. Apesar disto, existem alternativas para todos os programas, apps e sites que utilizamos das big tech. Muitos deles são programados em código aberto e criados por comunidades voluntárias.

Implicações para Portugal

Em Portugal, o caso de Edward Snowden foi pouco reportado, à parte de certas reações por parte de políticos e de jornalistas que procuraram informar a população. O

trabalho mais dedicado tem sido feito por ONGs que, no entanto, permanecem bastante limitadas à bolha informática.

A falta de literacia digital é transversal a todas as idades, géneros e classes socioeconómicas da população, sendo uma educação profunda e abrangente acerca de todos estes temas imperativa e necessária o quanto antes.

Conflito Clarificado: Guerras do Nagorno-Karabakh

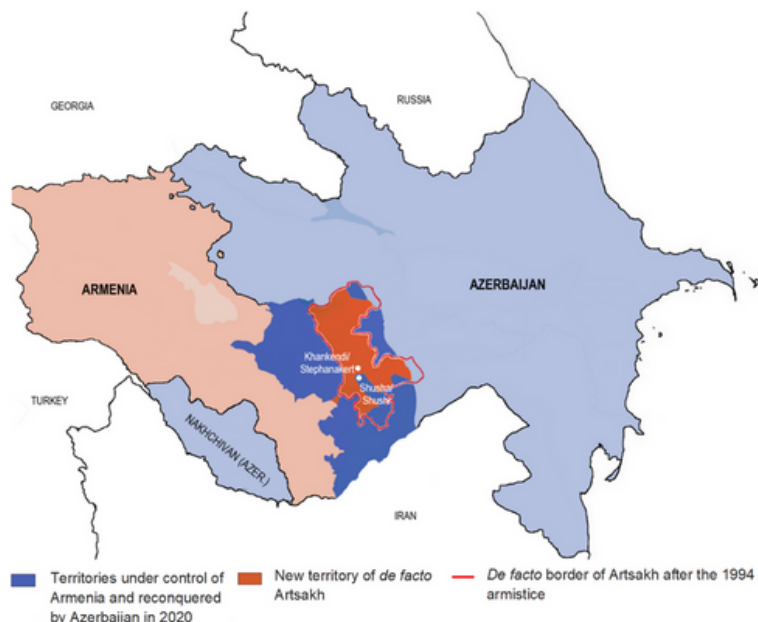
Por Dario Vargas

Que conflito é este?

Um conflito datado desde 1988, durante o período que levou ao fim da União Soviética, as Guerras de Nagorno-Karabakh foram uma série de conflitos que marcaram as relações entre a Arménia (e a República de Artsakh, um Estado arménio não reconhecido) e o Azerbaijão após a sua independência devido a uma disputa territorial relativamente à região de Nagorno-Karabakh. Estes conflitos viram o Azerbaijão, que detinha a soberania legal sobre a região mas não o controlava, a disputar o território contra a Artsakh e a sua aliada Arménia.

Como surgiu?

O conflito do Nagorno-Karabakh surgiu ainda durante o período soviético. A URSS, que em 1920 conquistou a Arménia e o Azerbaijão após uma tentativa falhada destes Estados de obterem independência no contexto da Guerra Civil Russa, estabeleceu a região de Nagorno-Karabakh como uma região autónoma dentro da república soviética do Azerbaijão, procurando pôr fim a uma guerra entre os dois países, agora parte da URSS mas que tinham um historial de tensões étnicas, e que iniciara em 1918. Nessa região habitavam ambos arménios, que representavam uma



Representantes do partido principal da oposição Kuomintang (KMT) votam enquanto o Partido Democrático Progressista (PDP) realiza um protesto (Fonte: Reuters Connect)

maioria de cerca de 90% da população total em 1926 (uma percentagem que diminuiria para cerca de 77% em 1989), e azeris, que representavam a maioria da população do Azerbaijão mas que naquela área eram uma minoria de cerca de 5,6% em 1926. Posteriormente, houve várias tentativas de unificação de Nagorno-Karabakh com a Arménia, todas estas recusadas pelas autoridades soviéticas, pelo que a região manteve-se como parte do Azerbaijão.

Na década de 1980 viu-se a ascensão de Mikhail Gorbachev enquanto líder da URSS e a implementação da política de glasnost que procurou abrir a discussão dos assuntos políticos da nação para os cidadãos soviéticos. No entanto, como um efeito colateral destas medidas, questões relacionadas com identidades nacionais, então suprimidas pelas autoridades soviéticas, ressurgiram, entre as quais o estatuto de Nagorno-Karabakh. Estas mudanças levaram à adoção, em 1988, por parte das autoridades da região autónoma, de uma lei que visava a unificação do território com a Arménia. Estas ações não foram, no entanto, aceites pelas autoridades azeri, levando assim a um conflito armado entre as duas repúblicas soviéticas que o governo central Soviético viu-se incapaz de findar devido à rápida erosão da sua autoridade.

A Primeira Guerra de Nagorno-Karabakh, que durou entre 1988 e 1994, viu uma vitória arménia e a deslocação forçada de cerca de um milhão de indivíduos em ambos países, inclusive a maioria da população azeri

em Karabakh. No seu rescaldo foi estabelecida a República de Artsakh, que sucedeu à região autónoma após a sua declaração de independência face ao Azerbaijão, e que controlava não só Nagorno-Karabakh como uma série de territórios adjacentes capturados durante o conflito. Este novo Estado, contudo, não foi reconhecido internacionalmente dado que a comunidade internacional reconheceu as fronteiras dos países estabelecidas pela URSS, atribuindo assim a soberania legal do território ao Azerbaijão.

Em 2020, após 26 anos em que o conflito se encontrou congelado e sem escaladas significativas além de uma série de acidentes esporádicos entre as forças armadas arménias e azeri, o Azerbaijão, alegadamente apoiado pela Turquia (que, apesar de recusarem as acusações, previamente se alinhou a favor da posição azeri e mantinha laços culturais fortes com o país), iniciou uma ofensiva militar contra Artsakh e as forças arménias na região, quebrando as suas linhas defensivas e reconquistando a maioria do território perdido no conflito anterior.

Seis semanas após o início da Segunda Guerra de Nagorno-Karabakh, a Rússia, aliada militar da Arménia através da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), uma organização análoga à NATO que incorpora vários Estados pós-soviéticos, e considerada uma das potências preeminentes na região do Cáucaso, negociou um cessar-fogo entre os dois países e assumiu

responsabilidades na manutenção da paz.

Contudo, entre 2020 e 2023, ocorreram uma série de violações do cessar-fogo entre ambos países, pelo que o Azerbaijão ocupou várias posições estratégicas em território arménio, levando a Arménia a acionar o artigo 4 do tratado governante da CSTO, que continha uma cláusula de defesa mútua, obtendo no entanto apenas uma missão de monitorização das fronteiras, uma resposta aquém da esperada pelo Estado arménio.

Os confrontos entre os dois países culminaram numa série de ações por ativistas azeri, que procuraram bloquear a passagem de bens entre a Arménia e Nagorno-Karabakh, levando à falta de bens dentro do território face à incapacidade das forças russas, cujos recursos foram desviados para combater na guerra Russo-Ucraniana, de reabrir as rotas de abastecimento. Em 2023, meros meses após estes acontecimentos, o Azerbaijão iniciou uma série de ataques sobre o território, iniciando uma ofensiva que rapidamente levou à capitulação de Artsakh e à fuga da maioria da sua população arménia.

Após a dissolução de Artsakh, a Arménia e o Azerbaijão iniciaram negociações de paz com vista a pôr fim ao conflito, contudo uma série de disputas relativamente aos detalhes desta paz levaram à sua estagnação e ao lançamento de casos judiciais por parte de ambos Estados contra o outro. Contudo, em 2025, sob mediação dos Estados Unidos, os

países assinaram um acordo de paz onde a Arménia reconheceu a soberania do Azerbaijão sobre Nagorno-Karabakh, pondo um fim a 37 anos de conflito. Apesar disto, uma série de questões permanecem por resolver, nomeadamente a remoção de Nagorno-Karabakh da constituição da Arménia, uma exigência-chave do Azerbaijão, e detalhes relativamente à criação de uma rota terrestre que conectaria o Azerbaijão ao seu enclave de Naquichevão, atravessando por território arménio.

Os conflitos em Nagorno-Karabakh tiveram impactos significativos no balanço do poder no Cáucaso do Sul. Em resposta às reações limitadas da CSTO e, em particular, da Rússia, a Arménia congelou a sua participação na aliança militar e iniciou o processo de retirada da mesma, enfraquecendo assim a influência russa sobre a região. Em contraste, o país tem procurado aprofundar os seus laços com a União Europeia, iniciando planos para aderir à organização, e com os Estados Unidos, que viriam a tomar o papel de principal mediador no conflito.

O Azerbaijão, por sua parte, foi capaz de cumprir a maioria dos seus objetivos, restabelecendo o seu controlo sobre Nagorno-Karabakh e obtendo a rota terrestre que conectaria Naquichevão ao resto do país. Adicionalmente, esta rota permitiria ao país, assim como à sua aliada Turquia, fortalecerem as suas posições nas rotas de comércio internacional ao tornar-lhes partes integrais de uma rota entre a Ásia Central, rica em vários recursos

naturais essenciais para várias indústrias modernas, e a Europa que sirva de alternativa a rotas que atravessam a Rússia e o Irão.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal não mantém uma representação diplomática permanente com nenhum dos dois países, pelo que as suas relações diplomáticas com a Arménia são mediadas pela embaixada portuguesa em Moscovo e as suas relações com o Azerbaijão são mediadas pela embaixada portuguesa em Ankara.

O Estado português seguiu a posição europeia relativamente ao conflito, reconhecendo a soberania do Azerbaijão sob o território mas condenando as suas ofensivas

militares, defendendo uma solução diplomática em vez de militar. Mais recentemente, a diplomacia portuguesa louvou o tratado de paz entre os dois países, afirmando que este foi um “passo importante para a paz e estabilidade no Cáucaso do Sul”.

O conflito entre os dois Estados não teve um impacto direto para Portugal, apesar da sua dependência elevada dos combustíveis fósseis do Azerbaijão. Contudo, apesar desta dependência, o carácter regional deste conflito, maioritariamente combatido em Nagorno-Karabakh em si, não conduziu a uma subida substancial nos preços de combustíveis no país.

Em resposta à ofensiva azeri, surgiram pequenas manifestações em Lisboa contra o conflito.

www.portugaldiplomatico.com